

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

ANA MARIA SCHENEGOSKI

**OS MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS DA ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS
POVOS DE NOSSA AMÉRICA / TRATADO DE COMÉRCIO PARA OS POVOS
(ALBA/TCP)**

**PONTA GROSSA
2012**

ANA MARIA SCHENEGOSKI

**OS MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS DA ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS
POVOS DE NOSSA AMÉRICA / TRATADO DE COMÉRCIO PARA OS POVOS
(ALBA/TCP)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós - Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Orientador: Edu Silvestre de Albuquerque.

PONTA GROSSA

2012

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação Bicen/UEPG

Schenegoski, Ana Maria

S324m Os movimentos antissistêmicos da aliança Bolivariana para os povos de nossa América / tratado de comércio para os povos (ALBA/TCP) / Ana Maria Schenegoski . Ponta Grossa, 2012.
85 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque.

1. Hegemonia. 2. América do Sul. 3. Venezuela. 4. ALBA.
I. Albuquerque, Edu Silvestre de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Geografia. III. T.

CDD: 327.116

TERMO DE APROVAÇÃO

Ana Maria Schenegoski

OS MOVIMENTOS ANTISSISTÊMICOS DA ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DE NOSSA AMÉRICA/TRATADO DE COMÉRCIO PARA OS POVOS (ALBA/TCP)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

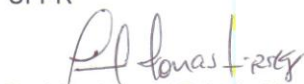
Orientador:



Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque
UEPG



Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho
UFPR



Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG

Ponta Grossa, 05 de Julho de 2012.

Agradecimentos

Quero agradecer a todos que me ajudaram nessa caminhada, minha família, meus amigos e ao meu marido Ricardo Schenegoski pela paciência e claro ao querido amigo e orientador Edu Silvestre de Albuquerque pelo auxílio porque tenho certeza que sem sua preciosa colaboração nesse trabalho não teria chegado até aqui.

Então a todos sou grata pela colaboração, paciência e auxílio.

Resumo

A presente dissertação tem como questão central à compreensão da formação da ALBA enquanto movimento antissistêmico, especialmente os sistemas de alianças regionais a partir da projeção de poder do Estado venezuelano. Iniciamos esse estudo tendo como referencial teórico a “Teoria do Sistema-Mundo” de Immanuel Wallerstein. Em seguida, verificamos a o impacto que esses movimentos podem causar no Sistema Mundial. Evidente que, como afirma Wallerstein, as mudanças reais promovidas pelos movimentos antissistêmicos não dependem apenas da vontade de seus atores, mas dos desdobramentos das relações internacionais, afinal, trata-se de um sistema mundial. A importância da Venezuela para a integração regional e para os movimentos antissistêmicos se faz exatamente nessa condição venezuelana de ser o elo entre as propostas integracionistas regionais no campo social e econômico.

Palavras-Chaves: Hegemonia, América do Sul, Venezuela, Alba.

Resumen

Esta tesis es la cuestión central para la comprensión de la formación del ALBA como un movimiento antissistêmicos, especialmente los sistemas de alianzas regionales de proyección de poder del Estado venezolano. Iniciamos este estudio con la referencia teórica a la "teoría de sistemas del mundo" de Immanuel Wallerstein. A continuación, comprobamos el impacto que estos movimientos pueden causar en el sistema mundial. Por supuesto, como promueven cambios reales Wallerstein antissistêmicos movimiento depende no sólo de la voluntad de sus actores, pero la evolución de las relaciones internacionales, después de todo, es un sistema mundial. Importancia de Venezuela a la integración regional y a los movimientos antissistêmicos en esta condición es exactamente el vínculo entre las propuestas venezolanas sobre regional integracionista campo social y económico.

Palabras clave: hegemonía, América del Sur, Venezuela, Alba.

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Projetos <i>Grannacionais</i> por área	36
Tabela 02 – Características da Alba	48
Tabela 03 – Fluxos de IDE recebidos, por regiões e economias entre 1970 – 2008 (%)	52

Lista de Figuras

Figura 01 – Estados-Membros do MERCOSUL	39
Figura 02 – Estados-Membros da ALBA	47
Figura 03 – Estados-Membros do MERCOSUL e da ALBA	50
Figura 04 – Projeção Geopolítica da Venezuela	54

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Exportações da ALBA ----- 42

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. A análise do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein	15
2.1. A primazia do Estado-Nação na organização do Sistema Internacional	22
3. A ALBA/TCP no contexto dos Movimentos Antissistêmicos Latino-americanos	26
3.1. Os movimentos antissistêmicos na América Latina	26
3.2. Os processos cooperativos e integracionistas na América Latina	28
3.3. A inserção da Venezuela nos processos integracionistas e movimentos antissistêmicos	29
3.3.1 – O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	30
3.3.2 – A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)	32
3.3.3 – O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)	33
3.3.4 – A Aliança Bolivariana para os povos da nossa América/Tratado de Comércio para os Povos (ALBA/TCP)	34
4. A Venezuela e sua posição antissistêmica	38
4.1. A Venezuela e o MERCOSUL	38
4.2. A Venezuela e a ALBA	47
5. Considerações Finais	51
Referências	56
Anexos	60
Anexos 01– Pronunciamentos dos senadores brasileiros	61
Anexos 02 – Países da ALBA	85

1. INTRODUÇÃO

A Análise do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein propõem uma interpretação do sistema internacional pela imbricação das dimensões da economia-mundo (a globalização econômica) e do sistema interestatal (configurado por mais de 200 países na atualidade). A validade deste paradigma reside justamente na possibilidade de leituras políticas do processo de globalização, demonstrando as complexas contradições e antagonismos derivadas da luta pelo poder no interior da economia-mundo. Mas sua dimensão aplicada, que reside na centralidade dos movimentos antissistêmicos, representa o elemento mais questionado deste novo paradigma das relações internacionais; especialmente quando governos se auto-intitulam como vanguardistas de movimentos antissistêmicos.

Dentre as propostas de integração regional para as Américas destacamos para análise e compreensão a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América/Tratado de Comércio para os Povos (ALBA/TCP), analisada por diversos autores sob uma perspectiva antissistêmica. Entretanto, a ALBA e, em particular, o comportamento do ator venezuelano, serão analisados sob a ótica do Realismo Político – que afirma o predomínio da dimensão do poder nas relações internacionais – e da geopolítica – a projeção de poder regional dos players regionais. Com efeito, a geopolítica enfatiza que os Estados nacionais buscam sempre ampliar sua segurança e poder. A perspectiva geopolítica será empregada para a análise dos arranjos geopolíticos atuais na América do Sul, pois para além do discurso de integração permanecem as metas de reforço dos projetos de poder e segurança, principalmente, por parte da Venezuela ao projetar sua inserção na América do Sul e Caribe.

A abordagem proposta justifica-se pela ascensão de movimentos antissistêmicos pelo mundo, em particular, na semiperiferia e na periferia do sistema internacional. Estudos sob este enfoque podem produzir leituras dos processos integracionistas em curso para além das abordagens essencialmente comerciais, caso das ações cooperativas postas pelos governos partícipes da ALBA, em especial o governo venezuelano, onde as perspectivas antissistêmica e geopolítica se misturam. Isto equivale a dizer que, além da dimensão comercial, também

considera-se os campos ideológico e político-militar que perpassam os processos integracionistas “para dentro” e “para fora”.

Para Girault (2010, p. 8), “a grande região consiste precisamente em nível de análise geopolítica que merece atenção especial”. Embora a literatura especializada e o próprio senso comum, usualmente, concentrem suas análises na distribuição de poder na América do Sul a partir das relações cooperativas-conflitivas brasileiro-argentinas, o equilíbrio de poder no subcontinente passa atualmente por ao menos três polos de poder, sendo esta Tríade Sul-Americana composta por Brasil, Argentina e Venezuela. Afinal, a Venezuela vem nas últimas décadas roubando a cena no cenário internacional com proposta de integração regional que visam aproximar a área econômica, política e militar e de forma independente dos centros hegemônicos, daí a importância de se estudar o ator venezuelano e sua proposta de integração regional da ALBA, visando compreender sua política externa e seu sistema de alianças regionais.

A reconfiguração das identidades territoriais nos processos integracionistas está intimamente ligada à estruturação das políticas institucionais que, simultaneamente, são produto e produtoras da complexa realidade social da economia-mundo. Assim, a problemática de pesquisa desta dissertação tem por questão central a compreensão da formação da ALBA enquanto movimento antissistêmico, especialmente os sistemas de alianças regionais a partir da projeção de poder do Estado venezuelano.

Esta questão central se desdobra em diversas outras, todas polêmicas em razão da natureza cada vez mais política da economia-mundo – incluindo seus fluxos financeiros e comerciais -, dentre elas as indagações acerca das possibilidades concretas de resistência atual do Estado venezuelano e do bloco da ALBA diante da pressão da “comunidade internacional” por democracia e livre-comércio, que aparecem como valores indissociáveis e sincrônicos na visão dos centros hegemônicos ocidentais. Muito se tem falado na região em tela das possibilidades de processos cooperativos no campo político e estratégico-militar, isto é, para além da aludida abordagem essencialmente comercialista. Claramente estas são as propostas da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e do CDS (Conselho de Defesa Sul-Americano), mas destacamos nesta pesquisa apenas o

caso da ALBA (Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América) em razão da ambição de seus atores nacionais no sentido da reconfiguração do sistema internacional de poder em seus aspectos multidimensionais. Afinal, nas

(...) alianças e blocos Sul-Sul, é possível identificar, por um lado, um eixo de integração econômico-comercial, com uma agenda política e social cada vez mais ampla, que perdura, ao menos, desde a década passada. Por outro lado, existem as alianças e projetos de integração mais recentes e inovadores, caracterizados pelo espírito enfático latino-americanista, que domina de maneira relativamente uniforme, ainda que com matizes diferenciados, o discurso dos governos de esquerda e de centro-esquerda na região. (PRECIADO, 2008, p. 257).

Os novos padrões de investimento direto externo (IDE) na América do Sul no pós-Guerra Fria indicam um declínio da importância norte-americana e o crescente papel chinês como protagonista do sistema internacional, daí que nos indagamos que se este fator não contribui para explicar esse comportamento antissistêmico regional traduzido por propostas como a ALBA. Afinal, a retórica anti-imperialista é recorrente no conjunto latino-americano, particularmente associada à hegemonia norte-americana, e assim a estratégia política venezuelana atual mistura elementos dessa retórica esquerdista herdada da Guerra Fria com elementos da geopolítica clássica, esta última compreendida como projeção de poder do Estado tendo em vista suas condições geográficas (caso da extensão territorial venezuelana e sua forma projetada pelo mar do Caribe).

Talvez o sucesso de uma geoestratégia antissistêmica bolivariana resida, em última instância, justamente nessa vontade política daqueles povos de usarem esses condicionantes geopolíticos para efetivamente romperem com a estrutura de dependência no Sistema-Mundo, formando estruturas de integração física e de segurança coletiva mais introvertidas que extrovertidas. Daí que as noções de subimperialismo (herdado da economia política crítica) e semiperiferia (da escola de Wallerstein) serão aqui discutidas a partir de uma vinculação estreita e profunda com a geografia, particularmente com o campo da geopolítica.

A Venezuela é uma nação essencialmente caribenha, daí sua política externa projetar-se prioritariamente para aquela região, que inclui ainda a América Central. Entretanto, esta vertente diplomática de forte vocação geopolítica não impede que a

Venezuela faça pleito de também ingressar no MERCOSUL, nem de manter acordos comerciais com o criticado Estados Unidos por conta das significativas exportações de petróleo. Afinal, a Economia Política e a Geopolítica não são forças antagônicas, mas complementares quando empregadas pelos governos nacionais e blocos regionais para ampliar sua segurança e poder no sistema internacional.

Advoga-se aqui que a ALBA projeta uma base (geo)política da identidade caribenha hispânica, fortemente antiestadunidense, de modo a servir de cimento ideológico ao esquerdismo venezuelano, cubano e nicaraguense. Ao mesmo tempo, desnuda o interesse geopolítico de Caracas no Caribe e na América Central. Afinal, não por acaso, os elementos discursivos mobilizados pelo líder venezuelano Hugo Chávez anunciam uma suposta continuidade temporal de uma “linha política” desde o libertador Símon Bolívar até o revolucionário cubano Fidel Castro, visando “unificar” as ideologias antissistêmicas do período de libertação colonial ao período da Guerra Fria. Essa suposta continuidade política é muito bem utilizada por Caracas em prol do projeto de poder venezuelano, buscando aliados regionais e amparados em uma imensa reserva petrolífera. Assim, mais que compreender a institucionalidade da ALBA, visamos identificar a apropriação dos discursos ideológicos de esquerda pela Venezuela, demonstrando seus objetivos geopolíticos por detrás do discurso único de oposição aos projetos hegemônicos globais. Assim, esta dissertação foi estruturada da seguinte forma.

No capítulo 1 apresenta-se a “Teoria do Sistema-Mundo” de Immanuel Wallerstein, onde sua proposta de análise sistêmica das relações internacionais percebe de forma independente os elementos econômicos e políticos que compõem o sistema internacional, ainda que perceba os atores do sistema mundial de forma integrada e interdependente.

O capítulo 2 analisa o fenômeno da ascensão ao poder no subcontinente por movimentos ou grupos de centro-esquerda e nacionalistas, bem como as possibilidades desses novos governos no sentido de real transformação do sistema internacional.

O capítulo 3 tratará a Venezuela ao foco das análises e a proposta de integração regional da ALBA, considerada pela literatura especializada a partir de características antissistêmicas. São analisados os campos discursivos e

confrontados com as políticas governamentais concretas envolvendo os principais eventos relacionados à Venezuela e à ALBA.

2. A ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO DE IMMANUEL WALLERSTEIN

A compreensão da natureza do sistema internacional não representa tarefa fácil, daí nossa opção em perseguir este caminho através da “Teoria do Sistema-Mundo” de Immanuel Wallerstein. A globalização emergiu como poderosa ideia-força no meio acadêmico e na mídia internacional desde o último quarto de século. Os franceses preferem o termo mundialização para diferenciarem-se dos anglo-saxônicos, mas não obstante trata-se do mesmo processo de intensificação dos fluxos materiais e informacionais de todo tipo e da desregulamentação dos mercados financeiros e comerciais. Nesse contexto, emerge a Análise do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, que reconhece a perspectiva globalista das relações internacionais, mas considera também a continuidade da importância das relações políticas do sistema internacional.

O diálogo inicial de Wallerstein é com a teoria de dependência dos anos 1950¹, cujos teóricos analisavam de forma autônoma os elementos do sistema mundial, caso dos conceitos de centro e periferia. Para Wallerstein, essa abordagem é considerada insuficiente para a nova realidade da economia-mundo. Em sua proposta de análise, ele afirma que as mudanças sociais devem ser entendidas em sua totalidade social, sem diferenciação de fatores internos e externos, autônomos e dependentes, pois em uma análise sistêmica esses elementos estão em interdependência (ARIENTI e FILOMENO, 2007).

Outra crítica de Wallerstein é quanto à Teoria da Modernidade. Segundo esta, o desenvolvimento, principalmente o econômico, seria possível a todas as sociedades, não importando como ou de que forma os países estivessem inseridos na estrutura sistêmica do capitalismo, pois bastaria copiarem os “modelos de sucesso” de outros países. Mas, como se pode notar, a Teoria da Modernidade visa apenas negar que o capitalismo seja um sistema desigual por natureza, e ao mesmo tempo inocentar os países centrais, que por muito tempo expropriaram os países periféricos, ao remeter a culpa do subdesenvolvimento econômico e social aos

¹ A Teoria da Dependência surge na América Latina nesse período para explicar as características do desenvolvimento dependente dos países. No âmbito da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), outros teóricos também realizam esse estudo sobre a dependência e as assimetrias das relações econômicas no sistema mundial.

países periféricos (PENNAFORTE, 2011). Assim, Wallerstein (2002) afirma que a Análise do Sistema-Mundo representa um protesto à Teoria da Modernidade.

Na Análise do Sistema-Mundo o “foco é a formação histórica do sistema capitalista a partir da expansão do capitalismo europeu no século XVI, com a integração de novos territórios como partes de seu sistema”. (ARIENTI e FILOMENO, 2007, p. 103). O capitalismo, para Wallerstein, se apresenta historicamente como a alternativa mais eficiente para a apropriação do excedente social do que a forma política do tipo Império. Na economia-mundo agora é o Estado nacional que auxilia na formação das condições de intercâmbio e, com isso, cria condições para aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico (VIEIRA e PRADO, 2005).

Para Voigt (2007), a “Teoria do Sistema-Mundo” é uma das mais criativas e fecundas da tradição marxista no campo da Política Internacional. Para ele, a grande contribuição de Wallerstein foi ter realçado as relações entre capital e Estado (Política) ao centro dos debates.

Nas demais teorias das relações internacionais, a visão era excessivamente estadocêntrica, analisando sempre o Estado como ator principal e único na influência e poder no sistema interestatal. Wallerstein, ao trazer o capital como peça fundamental para discutir as Relações Internacionais, permite maior clareza e precisão para entender o moderno sistema mundial capitalista. Rojas (2007) diz que Wallerstein segue quatro eixos na sua perspectiva da Análise dos Sistemas-Mundo (ASM), para ele o primeiro eixo é o *histórico-crítico*, analisando a história global do capitalismo desde o século XVI até os dias de hoje; o segundo é a *análise crítica*, que explica os principais eventos do “longo século XX”; o terceiro a *análise da história* imediata e de projeções para o futuro do sistema capitalista; e por último, a *epistemologia crítica* sobre as ciências sociais e também avaliação crítica do saber dominante na economia-mundo capitalista.

Para Wallerstein os sistemas sociais são sistemas históricos complexos pelo fato de envolverem processos econômicos, políticos e culturais. A relação que se estabelece nos sistemas sociais é a divisão do trabalho, que no capitalismo ultrapassa barreiras locais (cultural) e nacionais (política). Wallerstein caracteriza os sistemas sociais em dois tipos: *minissistemas* e *sistema-mundo*. Os minissistemas

envolvem uma economia tribal, com uma única unidade política e cultural, mas para ele esses minissistemas já foram absorvidos pela expansão de sistema-mundo. Agora o único sistema social possível é o dos sistemas-mundo.

Assim, o Sistema-Mundo deixa de ser apenas conceitual para se tornar real:

(...) uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”... O sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados Nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas. (ARIENTI e FILOMENO, 2007, p. 103).

Em outras palavras “A auto-reprodução material e a larga abrangência espacial fazem desse tipo de sistema social parecer, em si, um “mundo”, no sentido de que é maior do que a jurisdição territorial de um Estado Nacional, daí o nome “sistema-mundo””. (ARIENTI e FILOMENO, 2007, p. 104). Wallerstein divide os sistemas-mundo também em duas formas: os *impérios-mundo* e as *economias-mundo*.

Universo moribundo, o império-mundo envolve distintos grupos culturais em um sistema de governo único. No passado recente tivemos os Impérios Europeus como o Alemão, o Austro-Húngaro, o Turco-Otomano e o Russo. Enquanto a economia-mundo é constituída por uma divisão de trabalho que se estabelece pelo mercado e não por uma entidade política central, pois “uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados Nacionais, que, juntos, formam o sistema interestatal”. (ARIENTI e FILOMENO, 2007, p.105).

Portanto, a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal de mais de 200 atores nacionais formam o moderno sistema mundial. E o que une a economia-mundo é a divisão de trabalho que se estabelece por meio de trocas desiguais, onde capitalistas e Estados organizam o processo de produção mundial entre varias regiões geográficas, fazendo com que ocorra uma concentração de atividades monopolistas nas regiões centrais, com as regiões periféricas sem chance de escaparem aos monopólios capitalistas. Essas trocas desiguais é o que diferenciam as unidades no interior do sistema interestatal (ARIENTI e FILOMENO, 2007).

Nos países do centro do sistema-mundo, predominam os processos de exploração e concentração de mais-valia (que para os analistas do sistema-mundo é

acumulação de excedentes), de salários altos, de tecnologia moderna e um tipo de produção diversificada. Nas regiões periféricas, a condição é de exploração pelo centro, de baixos salários, de tecnologia rudimentar e produção simples (PRECIADO, 2008). Assim, na perspectiva da “Teoria do Sistema-Mundo” o lema universal de “liberdade, igualdade e fraternidade” e as posteriores versões deste, como as promessas de democracia e dos direitos humanos, não são possíveis, pois a solidariedade do sistema é baseada no desenvolvimento desigual (VIEIRA e PRADO, 2005).

Contudo, é preciso destacar que as regiões centrais e as regiões periféricas podem ou não coincidir com os Estados Nacionais². Centro e periferia são conceitos da economia-mundo capitalista, mais do que regiões geográficas propriamente ditas, e só tem validade quando analisada de forma sistêmica.

Wallerstein introduz um terceiro grupo de países, as semiperiferias. Estas se encontram entre a periferia e o centro, e almejam se deslocar para o centro do sistema-mundo, questionando as políticas e processos econômicos promovidos pelo centro, inclusive podendo gerar movimentos antissistêmicos. Os Movimentos Antissistêmicos para Wallerstein são os “movimentos de libertação nacional, insurgências proletárias, resistências e desafios civilizacionais, contraculturas, revigoração de religiosidades” cita o autor como movimento ou manifestações antissistêmicas (WALLERSTEIN, 1988, p. 587). Aliás, Wallerstein se notabiliza no cenário europeu e internacional pelo apoio aos movimentos antissistêmicos, caso dos movimentos antiglobalização e do Fórum Social Mundial (FSM).

Esses movimentos antissistêmicos podem produzir a ascensão e queda de uma potência hegemônica que se encontra no centro do sistema-mundo, o que introduz o conceito de Hegemonia. A hegemonia no sistema internacional para Wallerstein (1984 apud ARIENTI e FILOMENO, 2007, p. 111) se refere a:

(...) situação em que a rivalidade permanente entre as chamadas grandes potências é tão desequilibrada, que uma potência é realmente *primus inter pares*, ou seja, uma potência pode impor suas regras e desejos (...) nas arenas econômicas, política, militar, diplomática e até cultural.

2

O centro e periferia podem ocorrer também dentro de um mesmo Estado-Nação.

Para Arrighi (1996, p. 27), a hegemonia se refere “à capacidade de um Estado exercer funções de lideranças e governo sobre um sistema de nações soberanas”. As hegemonias têm uma dimensão temporal restrita, pois o aumento da competição pelo poder gera um processo de ciclo de transição de hegemonias (PRECIADO, 2008). Arrighi teve como base os ciclos de Kondratieff para criar seus ciclos de hegemonia. Nicolai Kondratieff um economista russo da década de 30, que defendia a tese que o capitalismo se desenvolvia em ciclos³. Um ciclo de Kondratieff teria um período de duração determinado, cerca de 40 a 60 anos, em razão da obsolescência ou desgaste dos capitais fixos. Nestes ciclos, apresenta duas fases distintas: uma fase ascendente (fase A) e uma fase decendente (fase B). Essas flutuações de longo prazo seriam características da economia capitalista.

Arrighi (1996) associa a ideia de hegemonia à de ciclos sistêmicos de acumulação, definidos pela ascensão e queda de hegemonias, gerando processos de mudanças sistêmicas e reorganização do sistema-mundo. Com esta relação, Giovanni Arrighi traz enorme contribuição ao entendimento do processo de mudança no sistema mundial, analisando o sistema mundial por seus ciclos de acumulação, mais exatamente pela expansão e posterior crise da potência hegemônica que esta no centro de comando daquele período. Para ele, os ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo histórico são o genovês, o holandês, o britânico e o norte-americano, o qual entra em declínio ainda na década de 70 do século XX. As recentes e sucessivas crises econômicas que sacodem os Estados Unidos e seus aliados seriam sintomas deste período de declínio inexorável de hegemonia, uma crise do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, fato que favorece o surgimento de novas perspectivas antissistêmicas (PENNAFORTE, 2011).

Wallerstein concorda com a tese do declínio do poder norte-americano, e argumenta com o enfraquecimento ideológico que corrói sua Geocultura⁴, especialmente com o fim da Guerra Fria, quando os EUA ficaram sem inimigo no sistema internacional. Se anteriormente utilizavam a Guerra Fria como pano de

³ Kondratieff fez sua base empírica analisando cronologicamente os preços no atacado de 1780 a 1920 nos países considerados potências capitalistas, como Estados Unidos, França e Reino Unido. Das curvas empíricas obtidas elaborou suas curvas teóricas (PENNAFORTE, 2011).

⁴ Para Wallerstein, a “Geocultura (...) termo criado por analogia com o da geopolítica, designa normas e práticas discursivas amplamente reconhecidas como legítimas no seio de um sistema-mundo” (Comprende Le Monde. Paris, La Découvert, p. 150. 2006 apud Pennaforte, 2011, p. 67).

fundo para justificar os enormes gastos militares e a intervenção em outros países, hoje utilizam dos discursos de combate ao terrorismo e de apoio à democracia para justificarem suas intervenções militares e reorganizarem o sistema internacional. Mas para Wallerstein, os EUA já é um líder que ninguém segue ou respeita (PENNAFORTE, 2011):

Estamos passando por uma transição em nosso atual sistema mundial, a economia mundial capitalista, estará se transformando em outro sistema – ou em outros sistemas – mundiais. Não sabemos se essa mudança será para melhor ou para pior. E não saberemos até que cheguemos lá, um processo que pode demorar ainda uns cinquenta anos a partir do momento em que estamos. Sabemos, no entanto, que o período de transição será um período difícil para todos os que vivenciarem. (WALLERSTEIN, 2003, p. 49 apud PENNAFORTE, 2011, p. 62).

Esse declínio da potência hegemônica central ocorre muitas vezes não por falta de poder econômico, mas por falta de legitimidade acerca da continuidade de sua influência. Como já abordado, as hegemônias mundiais tem um ciclo iniciando geralmente por guerras mundiais, e com declínio geralmente associado com o aumento de lutas de classe, difusão de vantagens técnicas e aumento da rivalidade entre potências nacionais centrais na disputa pelo cargo de nova potência hegemônica mundial.

Durante o período de transição hegemônica ocorrem muitas turbulências no sistema-mundo, inclusive com o acirramento da luta de classes entre regiões e países de periferia e de centro. Considerada pelos marxistas como a maior força motriz da História pela oposição entre “trabalhadores” e “capitalistas”, a luta de classes é vista na abordagem do sistema-mundo como um processo que ocorre em escala global, abrangendo toda a economia-mundo e atravessando os limites dos Estados Nacionais.

A transição hegemônica “é definida como momentos de mudança no agente principal dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas em que tais processos estão baseados” (ARRIGUI, 1996 apud ARIENTI e FILOMENO, 2007, p.118). Com isso a evolução do capitalismo acaba sendo uma sucessão de ciclos econômicos articulados com processos políticos, sociais e culturais (ALMEIDA FILHO, 2005).

A economia-mundo, conforme já abordado, se estabelece a partir de trocas desiguais, diferenciando os países no sistema mundial, e com isso, ocorre o fenômeno político do Imperialismo e do Subimperialismo dos Estados centrais e semiperiféricos sobre as regiões periféricas, onde as estruturais estatais são fracas ou nem existem (a soberania nessas regiões, de fato, não existe ou é profundamente limitada).

O Imperialismo não ocorre apenas pela mobilização de instrumentos ou meios econômicos, mas também envolve o recurso de meios políticos e militares, e há sempre a transferência dos excedentes para as regiões centrais. Essa relação de subordinação ocorre também em regiões periféricas onde há uma região central ou uma semiperiferia que comanda as relações econômicas e, muitas vezes, também são questionadas pelos países onde isso ocorre. Caso do Brasil na América do Sul, onde suas políticas regionais e influência já começam a ser questionadas entre os países vizinhos, e no que já foi definido por “estratégias subimperialistas” (ALBUQUERQUE, 2006). As empresas brasileiras, com respaldo do Itamaraty e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), comandam os projetos de infraestrutura destinados a unir fisicamente a América do Sul e dar maior possibilidade para uma efetivação da integração regional.

Preciado (2008) analisa o debate teórico que é feito para a América Latina e chama a atenção para as diversas periferias que são postas em análise. Para ele, o Brasil seria uma semiperiferia ativa e uma potencia global autônoma que critica os poderes centrais, buscando sempre a defesa de seus interesses no âmbito regional: “O Brasil demarca claramente as características de um poder regional, e procura com crescente sucesso, seu posicionamento como um super poder” (PRECIADO, 2008, p. 260). A segunda semiperiferia emergente que ele analisa é a Venezuela, que se mostra como anti-hegemônica, um Estado “alternativo”; e a terceira semiperiferia, o México, uma semiperiferia subordinada onde adere a todos os tratados de livre-comércio da América do Norte.

Assim, a análise de Wallerstein e Arrighi contribui para uma maior compreensão do conteúdo das relações internacionais pela parceria entre empresas transnacionais e Estados-Economias, base cooperativa-competitiva da organização do sistema internacional. Muitas vezes, a contradição na política externa dos países

aparece na defesa do livre mercado mundial quando na prática fecham suas portas para produtos estrangeiros e fornecem subsídios aos produtores internos, dificultando ainda mais a inserção internacional e a vida dos países emergentes e da semiperiferia.

2.1 A primazia do Estado-Nação na organização do Sistema Internacional

José Luiz Fiori analisa o sistema mundial de forma mais realista⁵ que Wallerstein e Arrighi. Seu ponto de partida argumentativo é a globalização entendida como desdobramento das vontades dos atores Estados nacionais:

(...) o verdadeiro ponto de partida do “sistema mundial moderno” é os “Estados-economias nacionais” que foram “inventados” pelos europeus e que se transformaram em “máquinas de acumulação de poder e riqueza”, dotadas de uma “compulsão expansiva” maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o “longo século XIII”. (FIORI, 2009, p. 169).

Segundo Osório, para Fiori “o poder seria mola propulsora das relações internacionais, cuja incessante pressão competitiva leva os Estados a criarem, ao mesmo tempo, ordem e desordem, guerra e paz, o que não seria necessariamente um dos sintomas do declínio hegemônico” (OSÓRIO, 2011, p. 1-2).

Fiori analisa o sistema mundial não em ciclos, mas como um “universo em expansão”, onde os “Estados-economias nacionais” estão sempre em defesa dos seus interesses gerando instabilidade, retração e expansão. A ideia do autor não é de que todas as crises capitalistas sejam sistêmicas, mas podem ser provocadas quando o *hegemon* acaba gerando instabilidade no sistema mundial, mesmo que muitos teóricos acreditem em sua força de estabilizador. Isso ocorre porque, muitas vezes, o *hegemon* não segue as próprias regras, preocupando-se fundamental com seus próprios interesses nacionais.

A manutenção de poder exige sempre expansão, daí que é uma relação assimétrica, pois em um sistema mundial onde todos os países tivessem igualdade

⁵ O Realismo Político analisa as Relações Internacionais de forma não integrada e conflitiva. Onde cada ator internacional (Estado) defende seu interesse, definido pelo seu poder no sistema mundial.

de poder, o poder deixaria de existir. Então, para Fiori sempre haverá uma pressão competitiva no sistema mundial, não podendo jamais ocorrer à paz perpétua kantiana:

(...) trata de um “universo” que precisa da preparação para a guerra e das crises para poder se ordenar e “estabilizar”. E através da história, foram quase sempre estas guerras e estas crises que abriram os caminhos da inovação e do “progresso” na história deste sistema inventado pelos europeus (FIORI, 2009, p. 328).

Fiori não atribui as instabilidades do sistema-mundo aos países periféricos, e sim aos países centrais, que disputam mais poder e influência no sistema mundial. Isso faz com que os movimentos antissistêmicos dos países periféricos sejam desacreditados exatamente pelos países centrais.

Assim como Wallerstein e Arrighi, Fiori também acredita que no atual momento o sistema internacional encontra-se instável em razão da crise de hegemonia dos Estados Unidos. A diferença é que Fiori vê esta situação como reversível, pois a estabilidade retornará se os EUA fizerem a coisa certa e se os demais atores do sistema internacional continuarem a legitimar o projeto de *hegemon* unipolar. Ele utiliza como exemplo a relação competitiva entre EUA e Japão nos anos 1980, quando muitos analistas afirmavam a superação da hegemonia estadunidense pela hegemonia nipônica, o que não se confirmou diante da reação norte-americana. Hoje, esses mesmos analistas afirmam ser a China uma ameaça à liderança norte-americana, e novamente Fiori lembra que a China, assim como o Japão, não representa ameaça e sim é uma aliada dos EUA. Enquanto a China estiver interessada apenas no desenvolvimento econômico e mergulhada em questões internas ou fronteiriças (do Tibete à fronteira com a Índia), permanecerá ocupada na tentativa de firmar-se enquanto potência regional.

Entretanto, para Fiori (2007, p. 89-90) os Estados Unidos também enfrenta uma crise de legitimidade, que reflete um quadro internacional mais complicado por conta de fatores como o:

(...) atolamento militar americano no Oriente Médio e a velocidade gigantesca do expansionismo econômico chinês estão provocando, em conjunto, uma rápida fragmentação do sistema mundial e a volta

da luta pelas supremacias regionais. Ninguém mais acredita na possibilidade de uma “vitória definitiva” na “guerra global” ao terrorismo, na forma que vem sendo conduzida pelos Estados Unidos, desde 2001. Nem acredita que se possa parar, interromper a “*asiatificação*” da economia mundial. E não existe, neste momento, mais nenhum projeto “ético” ou ideologia capaz de mobilizar a opinião pública mundial, legitimar as intervenções americanas ou agregar as principais potências. A utopia da globalização se converteu num lugar comum e perdeu sua capacidade de convencimento, a social-democracia padece de anemia profunda e o nacionalismo está reaparecendo por todos os lados. Não existe, dentro dos Estados Unidos, neste momento, nenhuma alternativa política, suficientemente poderosa, com um projeto claro de mudança da sua atual estratégia internacional. Enquanto isso, estamos assistindo a um retorno do sistema mundial à “geopolítica das nações” e a competição mercantilista entre as suas economias nacionais, com repercussões em todos os cantos do mundo.

Em relatório da Marinha Norte-americana, o novo mapa do Pentágono criado por Thomas Barnett acentua as três zonas de influência dos EUA no globo: “a primeira refere-se ao centro, composto pelos países desenvolvidos; a segunda a zona de “brecha”, que demanda dos EUA mais controle e vigilância, por ser considerado de alto risco; a terceira zona refere-se aos países “costura ou elo”, que fornecem subsídios para o disciplinamento dos países da segunda zona” (CECEÑA, 2005 apud LUCE, 2007 apud COUTINHO 2012, p. 18). Com relação à América do Sul, Coutinho (2012, p. 13) identifica três grupos a partir do relacionamento com os Estados Unidos:

O primeiro grupo, formado por Chile, Peru, Colômbia, México e Guatemala estão diretamente ligados aos comandos dos Estados Unidos, a partir da assinatura dos Tratados de Livre Comércio e de cooperação militar. O segundo grupo é formado pelos países da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e por aqueles que possuem um discurso que pretende diferenciar-se dos ditames imperialistas, como Venezuela, Equador e Bolívia. O terceiro grupo, por fim, é onde o Brasil se insere, juntamente com Argentina, Uruguai e Paraguai. Este último, denominado pelos autores como grupo de centro, articula-se ora com os Estados Unidos, ora com os países centrais e com os países ditos “alternativos”.

Para Coutinho, a estabilização regional depende do Brasil, pois o Brasil é definido como “país-costura” por Luce (2007, apud Coutinho, 2012, p.18) um ponto de estabilização na América do Sul frente à luta anti-imperialista realizada

principalmente pela Venezuela, mas também por Bolívia e Equador. O Brasil através de suas relações diplomáticas acaba sempre abrandando qualquer eventualidade anti-hegemônica que possa surgir, pois no relacionamento Brasil - Estados Unidos há pontos em comum e o Brasil tenta sempre ficar em consonância com os interesses dos EUA, muito devido ao fato de o Brasil buscar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Assim, a relação Brasil - Estados Unidos ocorre sem maiores sobressaltos, principalmente quando ocorre fora da área de influência do Brasil, como no Haiti. Mas se a intervenção estadunidense ocorre em zona de influência brasileira, prossegue o autor, isso acaba sendo percebido não com bons olhos pelo Brasil, como a instalação de bases militares norte-americanas na América do Sul.

3. A ALBA/TCP NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS ANTSSISTÊMICOS LATINO-AMERICANOS

Usualmente, os processos de cooperação econômica e de integração regional são compreendidos pelo viés da globalização, etapas históricas de formação de um mercado comum mundial. Entretanto, esta visão teleológica do processo de globalização oculta suas lutas sociais e políticas internas, inclusive com a formação de projetos de cooperação e integração regional antagônicos, que, em última instância, podem até mesmo trazer elementos de questionamento da própria ordem mundial neoliberal. É exatamente o conteúdo e potencial desses movimentos antissistêmico na América Latina que passamos a abordar mais profundamente neste capítulo.

3.1 Os movimentos antissistêmicos na América Latina

É possível a caracterização da evolução dos movimentos antissistêmicos na América Latina a partir de dois momentos ou ondas. Segundo Pennaforte e Luigi (2005), a primeira onda ocorre durante a “Nova Ordem Mundial” e começa com o movimento zapatista em Chiapas, no México, em 1996, que possibilitaria uma ampla divulgação nos fóruns sociais através da tecnologia da internet⁶; e a segunda, chamada “onde vermelha”, ocorre com o colapso do neoliberalismo no continente, demonstrando a insustentabilidade do crescimento econômico da América Latina e, em decorrência, gerando diversas crises na região em razão da desnacionalização, do endividamento externo e da crise social, lançando estes países na busca de outras alternativas que não o modelo liberal. Para os autores citados, aí está a crítica ao sistema capitalista e, principalmente, ao grande capital que visa apenas lucro e não o bem-estar social.

De forma semelhante, para Coutinho (2006, p. 108):

A história recente da América do Sul pode ser dividida em dois tempos. O primeiro, vai do final dos anos 1970 aos anos de 1990, e marca a substituição de regimes autoritários e do nacional-

⁶ Trata-se do grupo guerrilheiro Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, liderado pelo lendário subcomandante Marcos, e mobilizado em torno de reformas sociais e políticas no sentido de corrigir as “injustiças históricas” contra os povos indígenas do sul do México.

desenvolvimentismo, que já existia antes mesmo dos governos militares, em favor da democracia e da liberalização econômica. O segundo, do final dos anos 1990 aos anos 2000, refere-se, por outro lado, a uma reação popular nas urnas e nas ruas contra mais de uma década de reformas em direção ao mercado, que não lograram transformar significativamente as estruturas sociais de pobreza e desigualdades encontradas na região.

Entretanto, os movimentos antissistêmicos latino-americanos são obrigados a desenvolverem suas lutas diante da presença hegemônica de atores externos de maior força econômica e política, o que a literatura crítica das relações internacionais chamava de imperialismo. Nesta perspectiva, nosso subcontinente já passou pela dominação imperial das metrópoles ibéricas durante o colonialismo, depois (e concomitantemente) pela britânica, até chegar à dominação norte-americana durante o século XX.

Já os analistas do sistema-mundo analisam a superestrutura política através do sistema interestatal, onde os Estados têm suas soberanias limitadas diante dos fluxos de capitais e mercadorias da economia-mundo que atravessam o sistema interestatal. Mas o sistema interestatal não produz a anarquia na economia-mundo, ao contrário, favorece a maior acumulação de capital e, para isso, cria regras para coordenar o sistema. Esta coordenação ou regulação do sistema é sempre definida por um Estado ou grupo de Estados hegemônicos e por meio do direito internacional para regular todos os contratos realizados entre os Estados (MARTINS, 2005).

Como podemos notar, o sistema capitalista representa a infraestrutura da economia-mundo, acatando o comando político de seus atores hegemônicos. Entretanto, muitas vezes, o “sistema” ou grupo de atores hegemônicos acaba acatando reivindicações antissistêmicas, desde que não afetem o funcionamento das estruturas de mercado no âmbito internacional⁷.

Com o fim da Guerra Fria e por quase toda a década de 1990, a agenda neoliberal dominou as relações internacionais. Muitos países da América Latina aderiram ao “novo liberalismo” e, por conta disso, sofreram severas crises sociais, algo similar ao ocorrido em outras partes do mundo, e que acabou gerando muitos

⁷ Os movimentos antissistêmicos no sistema-mundo, como já definido no primeiro capítulo, englobam, para Wallerstein (1988), os movimentos de libertação nacional, contraculturas, insurgências proletárias, dentre outros.

conflitos e manifestações contra o modelo neoliberal e abalando os paradigmas do chamando consenso de Washington.

As manifestações contra as políticas implementadas pelos Estados Unidos no sistema internacional envolvem desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, as diversas edições do Fórum Social Mundial, os protestos contra a OMC e o Fórum Econômico Mundial de Davos, e todos os movimentos altermundista contra a globalização. Sobre a América Latina, Martins comente que (2005, p. 14):

Na América Latina assistimos a uma ampla crise de legitimidade do neoliberalismo e à conquista de governos de esquerda ou nacionalistas que se dividem entre o compromisso com versões de terceira via, abandonando uma importante oportunidade histórica, ou radicalizam, com aparente êxito, suas posições diante das resistências das oligarquias internacionais e nacionais, casos de Hugo Chávez, na Venezuela e, em menos medida de Nestor Kirchner, na Argentina.

Borba de Sá (2007, p. 23) traz outras considerações acerca da necessária diferenciação no interior dos movimentos antissistêmicos latino-americanos, onde:

(...) o maior sucesso não aparece ser a eleição dos “presidentes de poncho” e suas comedidas revoluções passivas, mas sim a aglutinação de forças de baixo para cima a partir de uma coesão identitária inédita, capaz de focar inimigos imediatos e globais. É essa força política que está chacoalhando a região, assustando poderes estabelecidos e antigas relações sociais de exploração.

3.2 Os processos cooperativos e integracionistas na América Latina

É importante ressaltar nem todo processo de cooperação ou de integração regional em curso na América Latina apresenta caráter antissistêmico. A respeito da integração dos países latino-americanos, Seitenfus (1992) diz sobre a dimensão regional nas relações internacionais que esse fenômeno é marcante no sistema internacional, elaborado a partir da vontade dos atores de superar rivalidades históricas e, geralmente, começando pelo caráter comercial⁸. Nessa perspectiva, as

⁸ Integração entende-se como “a superação das divisões e rupturas e a união orgânica entre os membros de uma organização” (BOBBIO, 1998, p. 423). Já a Integração regional é “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangências das relações entre atores levando á criação de novas formas de governança político-institucional de escopo regional” (HERZ e RIBEIRO

“regiões são a base para a cooperação entre os Estados, unicamente na medida em que a geografia coincida com a cultura. Divorciada da cultura a proximidade não gera por si só aspectos em comum e pode mesmo induzir exatamente o oposto” (HUNTINGTON, 1997, p. 161).

Os trabalhos sobre processos integracionistas regionais estabelecem alguns estágios, começando por uma Zona de Livre-Comércio, onde tarifas alfandegárias e restrições quantitativas são abolidas entre os países do bloco, caso do Nafta; depois, a União Aduaneira, acrescentando também tarifas externas comuns para terceiros países ou regiões, sendo a fase em que se encontra o MERCOSUL; em seguida o Mercado Comum, acrescentando uma harmonização das políticas monetárias, fiscais e sociais, caso da União Europeia; e, por fim, a Integração Econômica Total, com unificação das políticas monetárias, fiscais e sociais, e que também requer a criação de uma autoridade soberana supranacional.

3.3 A inserção da Venezuela nos processos integracionistas e movimentos antissistêmicos

A Venezuela encontra-se na atualidade dividida entre dois processos integracionistas, com suas ênfases e metas próprias, apesar de reunirem pontos em comum, sobretudo diante da orientação ideológica mais à esquerda de todos os Estados-membros de ambos os blocos. Trata-se do MERCOSUL e da ALBA, cujas geografias ainda são confrontantes.

A Venezuela pleita a sua adesão ao MERCOSUL, mas o processo ainda está sob avaliação do congresso paraguaio, o único país que ainda bloqueia a realização do pleito venezuelano. Aceita a Venezuela ao bloco, os países de menor desenvolvimento relativo – como o Paraguai – temem que ocorra necessariamente adaptações profundas com o deslocamento do eixo integracionista regional do Cone Sul do subcontinente para sua parte Amazônica-Caribenha, e suas novas necessidades de reconfiguração logística. Da parte venezuelana, será necessário compatibilizar toda sua política doméstica à legislação do MERCOSUL, como exige o protocolo de Ushuaia.

Mas por hora é ainda a ALBA o principal bloco geopolítico venezuelano. E isto

HOFFMANN, 2004, p.34). Para Miyamoto (2002), a cooperação seria uma fase da integração, portanto, menos abrangente que a integração.

não só tem relação com as orientações ideológicas de seus Estados-membros, pois a ALBA/TCP (Aliança Bolivariana para as Américas/ Tratado de Comércio para os Povos) surge no mesmo momento de outras propostas de cooperação consideradas antissistêmicas ou anti-hegemônicas casos da UNASUL e CDS, mas com a projeção econômica e política venezuelana pela vizinhança imediata.

A questão é até onde os movimentos de conteúdo antissistêmico regionais podem influenciar nas relações internacionais e realmente provocar mudanças no sistema mundial capitalista, pois se encontram inseridos na periferia do sistema. Como questiona Pennaforte e Luigi (2005, p. 6):

Desse modo, surge a questão: como ser um país “soberano” dentro de um contexto extremamente hostil? Como lutar habilmente contra o sistema hegemônico, evitando confrontos diretos e solapando indiretamente suas bases? São respostas difíceis de serem previstas, mas o fato é que Brasil, Bolívia, Uruguai, Colômbia, Argentina e, principalmente, Venezuela estão dando importantes passos nesse sentido ao tentarem harmonizar bem-estar social, soberania e luta contra as assimetrias em meio ao turbulento cenário do capitalismo internacional. Com a agravante de que qualquer tipo de medida antissistêmica afronta a hegemonia dos EUA, já não tão mais consentida (segundo a ideia de Gramsci, toda a hegemonia é consentida).

A Alba nasce como proposta alternativa frente à ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) proposta em certo momento pelo Executivo dos EUA. Seus idealizadores argumentam que o projeto da Alba é um enfrentamento dos povos latino-americanos e caribenhos contra o imperialismo estadunidense. A UNASUL também tem como objetivo uma maior integração da região nos campos econômicos, político e social, visando criar uma voz comum aos sul-americanos para ter mais peso nas decisões de fóruns e organismos internacionais. No campo da defesa e segurança, o CDS visa uma maior integração das políticas industriais no segmento militar na região, bem como a elaboração conjunta de planos de ação e intercâmbio entre os países sul-americanos, inclusive com a identificação de ameaças regionais comuns.

3.3.1 O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

O MERCOSUL foi criado através do Tratado de Assunção, assinado em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e em 2006 a Venezuela adere ao bloco faltando apenas à ratificação por parte dos parlamentos dos demais Estados-Membros; e tem ainda como Estados-Associados Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador, e como Estado-Observador o México. De acordo com seu tratado constitutivo, o bloco visa à constituição de um mercado comum entre os Estados-Partes; onde no seu artigo 1º, um Mercado Comum implica no (a):

- Circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias a circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- Estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes, a fim de assegurar condições adequadas de concorrências entre Estados-Partes;
- Compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Para alcançar o objetivo maior da integração econômica, o bloco estabeleceu uma estrutura institucional. O *Conselho do Mercado Comum* é o *órgão executivo* coordenado pelos Ministros de Relações Exteriores de cada Estado-Parte. O artigo 10º do Tratado de Assunção atribui ao Conselho do Mercado Comum a “condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição do Mercado Comum”. Já o Artigo 3º do Protocolo de Ouro Preto a ele “incumbe à condição política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do Mercado Comum”.

Também o *Grupo Mercado Comum* faz parte desta estrutura institucional do bloco, constituindo-se no *órgão legislativo*. No artigo 13º do Protocolo de Ouro Preto define-se seu objetivo como:

(...) velar pelo cumprimento do Tratado, tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo conselho; propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, a coordenação de políticas macroeconômicas e a negociação de acordos frente a terceiros, fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

A *Secretaria Administrativa* do MERCOSUL é o *órgão de apoio operacional*, além da dimensão normativa para a solução de controvérsias, como o protocolo de Brasília. Baptista (1996) afirma que as instituições e também os aspectos normativos do MERCOSUL são uma fórmula mais ampla de alcançar a almejada integração.

Diante do exposto, percebe-se que o MERCOSUL visa essencialmente à integração no campo econômico, diferenciando-se de outras propostas de cooperação e integração mais voltadas ao campo político e social.

3.3.2 A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

A União de Nações Sul-Americanas têm como objetivo construir um espaço para discussão e articulação de projetos em comum na área cultural, social, econômica e política entre os países da região, visando fortalecer a democracia e diminuir as assimetrias entre os países. A UNASUL é composta por doze países, sendo eles, os membros da moribunda Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru); os membros do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai); mais Chile, Guiana, Suriname e Venezuela; e ainda como países-observadores Panamá e México. O tratado da UNASUL foi aprovado pelos chefes de Estados em Reunião Extraordinária realizada em Brasília em 23 de maio de 2008, e vários países já ratificaram o tratado, que entrou em vigor em 11 de março de 2011.

A ainda deficiente estrutura institucional da UNASUL envolve um Conselho de Chefes de Estado e Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores, um Conselho de Delegado e também uma Secretaria Geral. Há também Conselhos de nível Ministerial - de Energia; Saúde; Defesa; Infraestrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Problema Mundial das Drogas; Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e de Economia e Finanças - e os Grupos de Trabalho - a Integração Financeira e de Solução de Controvérsias em matéria de investimentos.

O cargo de Secretário-Geral tem duração de dois anos, renovável uma única vez, e a seleção para o cargo devem ser de forma equitativa entre os países-membros. Há também o cargo da Presidência Pro Tempore (PPT), que segue rodízio anual segundo a ordem alfabética dos países-membros. Com a assinatura e a ratificação dos países-membros do tratado constitutivo da UNASUL, ela deixa de ser um fórum de discussão para se tornar um organismo internacional onde os países podem fomentar ações conjuntas para a região, caso esperado também do Conselho de Defesa Sul-Americano.

3.3.3 O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)

No âmbito da UNASUL, os países-membros discutem também um Conselho de Defesa Sul-Americano, que tem como objetivo identificar e buscar soluções na área de defesa para o continente sul-americano. Em dezembro de 2008, durante a Cúpula Extraordinária da UNASUL, realizado no balneário da Costa do Sauípe - Brasil, foi criado o CDS. Portanto, os países-membros do Conselho de Defesa Sul-Americano são os mesmos da UNASUL.

O CDS não é uma aliança militar operativa como a OTAN, nem tem a pretensão de formar um exército unificado, mas sim visa à ajuda militar recíproca, exercícios militares conjuntos, troca de informação na área militar e, certamente a meta mais ambiciosa, integração dos sistemas produtivos militares nacionais. Nesse sentido, o CDS também pode contribuir com uma integração regional ao englobar a área de defesa (RABELO, 2008).

Os países da região encontram-se otimistas quanto à implementação dos projetos discutidos no âmbito da UNASUL e do CDS. O então ministro da defesa do Brasil Nelson Jobim “defende que o conselho seria uma aliança em matéria de defesa com intuito de formar uma identidade sul-americana” (apud RABELO, 2008, p. 3).

Em complementação ao CDS, a Argentina propôs a criação de um Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos (CSEED), que não visa substituir os Centros de Estudos Estratégicos Nacionais, mas trabalhar em conjunto trocando informações, o que ocorreria pelo fortalecimento dos Centros de Estudos Estratégicos Nacionais e dos intercâmbios entre eles.

A Venezuela de Hugo Chávez também formulou um projeto de defesa para o continente, propondo a efetivação da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) em resposta a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O ministro brasileiro Nelson Jobim, à época, afirmou que não havia diferenciação entre as propostas do CDS e da OTAS, que falam a mesma linguagem e possuem os mesmos objetivos de defesa para a região.

Na análise do geopolítico André Martin, a proposta brasileira de criação do Conselho de Segurança Sul-Americano pode ter duas motivações principais; a primeira, a venda de armas para os países da região numa tentativa de reativação da indústria bélica brasileira, a segunda:

(...) confirmada pela relutante adesão de Álvaro Uribe, na última hora, ao CDS, diz respeito ao interesse dos EUA em virem a utilizar o Brasil como contrapeso à Venezuela na região, o que já ocorreu por sinal, outras tantas vezes. Faz sentido assim, supor que os EUA terminaram por não vetar a criação da UNASUL e seu CDS, exatamente com vistas a interceptar um possível crescimento da ALBA, já que esta não tem muito por onde expandir-se, bloqueada ao norte pelo México, NAFTA e CC, ao centro pelo Peru, Colômbia e CAN, e ao sul, pelo Chile e MERCOSUL. (2010 p. 54).

Ayerbe (2006, p. 138) também cita que:

Na percepção de parte do *establishment* da política externa estadunidense, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não representa fator de questionamento da ordem interna e das relações hemisféricas, mas, ao contrário, favorece a governabilidade sistêmica, incorporando à estrutura de poder setores anteriormente oposicionistas, e a estabilidade regional, contrabalançando o ativismo antiestadunidense de governos como o de Hugo Chávez, na Venezuela.

3.3.4 A Aliança Bolivariana para os povos da nossa América/Tratado de Comércio para os Povos (ALBA/TCP)

A Aliança Bolivariana para os povos da nossa América, batizada de ALBA, é uma proposta de integração regional fomentada pela Venezuela. Como afirmado, a ALBA foi criada em contraposição a ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) proposta pelos EUA, e essa diferenciação se percebe na própria sigla proposta, já

que ALCA propõe apenas livre-comércio, enquanto a ALBA propõe um tratado de comércio e aproximação dos povos da região.

A ALBA foi proposta pela primeira vez pelo presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, na III Cúpula dos Chefes de Estados e governos, realizada no Caribe, em dezembro de 2001. Em 2004 realiza-se a primeira cúpula da ALBA, em Havana, onde Hugo Chávez e o Presidente do Conselho de Estado de Cuba Fidel Castro assinaram a declaração conjunta para a criação da entidade.

Durante as reuniões de cúpula desses dois chefes de Estado, outros países aderiram a ALBA, que atualmente tem por membros, além de Venezuela e Cuba, a Bolívia, Nicarágua, Comunidade da Dominica, Honduras, São Vicente e Granadinas, Equador, Antígua e Barbuda. Esses países buscam a integração visando acordos comerciais entre os povos e empresas *grannacionais*, que busquem o desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades de cada país e visem às necessidades sociais da população. Como afirma o texto do portal da ALBA:

Los TCP nacen, para enfrentar a los TLC, Tratados de Libre Comercio, impuestos por Estados Unidos, que conducen al desempleo y la marginación de nuestros pueblos, por la destrucción de las economías nacionales, a favor de la penetración del gran capital imperialista⁹.

O conceito de *grannacional* para a região, utilizado pelo tratado da ALBA, se estabelece segundo três fundamentos, que são: histórico e geopolítico; socioeconômico e ideológico. Portanto, os países que integram o bloco trazem em suas políticas ou ao menos nos discursos oficiais uma crítica à globalização neoliberal, e querem o direito à autodeterminação e soberania nacional. As empresas *grannacionales* são em oposição às empresas transnacionais que visam à acumulação de capital. A empresa *grannacional* visa, primeiramente, o bem-estar da população, atuando em diferentes áreas e países da região (Tabela 1).

⁹ Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org> Acesso em 10 de janeiro de 2012.

TABELA 01 - Projetos Grannacionais por área

AREAS	PROYECTOS GRANNACIONALES
Finanzas	Banco del Alba
Educación	Alfabetización y postalfabetización.
Infraestructura	Desarrollo de la infraestructura portuaria, ferroviaria y aeroportuaria
Ciencia y tecnología	Centro de ciencia y tecnología
Alimentación	Empresa productos agroalimentarios y empresa alimentos
Energía	Empresa de energía eléctrica, petróleo y gas
Ambiente	Empresa para el manejo de bosques, producción y comercialización de productos de la industria de la madera
	Agua y saneamiento
Salud	Empresa distribución y comercialización de productos farmacéuticos
	Centro regulatorio del registro sanitario
Minería	Empresa de cemento
Comercio Justo	Empresa importadora exportadora
	Tiendas del Alba
Turismo	Universidad del turismo
Industria	Turismo social
	Complejos productivos
Cultura	Fondo cultural Alba
Telecomunicaciones	Empresa de Telecomunicaciones

Fonte: www.alianzabolivariana.org Acesso em 10 de janeiro de 2012

Um projeto já em fase adiantada é o Banco da ALBA. A moeda regional proposta é o Sucre (Sistema Unitário de Compensação Regional), e visa à libertação

do dólar nas transações regionais. Ainda sobre os projetos de empresas *grannacionales* no contexto da hegemonia das políticas imperialistas, o portal da ALBA comenta que a:

ALBA obtiene el mérito histórico de ser el primer espacio regional libre de analfabetismo. La campaña de alfabetización fue abruptamente interrumpida en Honduras por el criminal golpe de Estado, lo que debe servir de lección para nuestros pueblos, sobre la diferencia entre el proyecto del ALBA, que libera, y el proyecto imperialista que nos oprime y nos conduce a la barbárie.¹⁰

A Estrutura Orgânica da ALBA se estabelece da seguinte forma, com a máxima autoridade, o *Conselho de Presidentes*, depois, o *Conselho de Ministros*, que se divide em Conselho Ministerial Político; Conselho Ministerial para Programas Sociais; Conselho Ministerial de Complementação Econômica e o Conselho Ministerial de Mulheres da ALBA. Em igualdade com o Conselho de Ministros se encontra o *Conselho de Movimentos Sociais*. A ALBA conta ainda com uma Comissão Política e de Coordenação Permanente, e com um nível técnico representado nos grupos de trabalhos permanentes, que são espaços para diagnósticos, elaboração e execução dos projetos por áreas.

¹⁰ Disponível em <http://www.alianzabolivariana.org> Acesso em 10 de janeiro de 2012.

4. A VENEZUELA E SUA POSIÇÃO ANTISSISTÊMICA

Historicamente, a principal disputa geopolítica na América do Sul tem envolvido Brasil e Argentina, os países de maior dimensão territorial, poder econômico e efetivo demográfico da região. Com efeito, é a concertação entre estes dois players geopolíticos que permitiu a criação do Mercado Comum do Cone Sul. Mas ao menos dois outros players geopolíticos têm representado projeção de poder suficiente para afirmarmos um segundo nível da representação geopolítica sul-americana que também guarda significativa importância, trata-se de Chile e Venezuela. O Chile tem relutado em se integrar ao MERCOSUL, que julga um bloco demasiado protecionista diante de seus níveis tarifários externos praticados, e optado por uma aproximação comercial maior com os EUA. Não obstante, o Chile apresenta objetivos geopolíticos voltados para suas fronteiras físicas, especialmente a Argentina (o contencioso das ilhas do Canal de Beagle) e a Bolívia (o contencioso da região de Antofagasta conquistada pelos chilenos na Guerra do Pacífico).

A Venezuela também apresenta objetivos geopolíticos bem definidos, baseados em seus objetivos nacionais permanentes, qual sejam, a projeção pelo Caribe e América Central, e poder de influência na direção do *heartland* sul-americano, aliando habilmente um *soft power* em torno de seu norte ideológico antiestadunidense e um *hard power* definido por sua projeção econômica pela região.

4.1 A Venezuela e o MERCOSUL

FIGURA 01 – ESTADOS-MEMBROS DO MERCOSUL



Elaborado por ALBUQUERQUE, 2011.
Programa GvSIG.

A Venezuela não está alheia à força de atração da economia do Cone Sul e sua proeminência como fator geopolítico na região. Pleiteando desde 2001 sua entrada no MERCOSUL, em 2004 entra como membro associado - estatuto de Chile, Peru e Bolívia -, e finalmente, em 4 de julho de 2006 a Venezuela é formalmente integrante do bloco como Estado-membro, faltando ainda à ratificação do protocolo pelos Congressos dos demais países membros.

Para Briceño-Ruiz (2010, p. 93):

A decisão do governo venezuelano em matéria de integração regional esta subordinada à consecução de três objetivos básicos da política exterior do país: a luta contra a ordem unipolar, transformada nos anos recentes em anti-imperialismo; a rejeição ao neoliberalismo, que se converteu em anticapitalismo e a promoção da integração bolivariana.

Quando da assinatura do Tratado de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL em julho de 2006, foi fixado o prazo até 2012 para que a Venezuela adote a Tarifa Externa Comum (TEC) e as demais normas do MERCOSUL, que acontecerá de forma gradativa respeitando as assimetrias entre os países membros (TERUCHKIN, 2006). Mas Briceño-Ruiz (2010) lembra que mesmo tendo sido criado um Grupo de Trabalho (GT) que visa negociar um programa de liberalização comercial entre os países, isso acabou não acontecendo ainda, devido às muitas dificuldades encontradas para estabelecer acordos na área econômica entre os países membros e a Venezuela. Para Briceño-Ruiz (2010, p. 94) “a dificuldade de compatibilizar os objetivos da política exterior venezuelana com a realidade política, estratégica e regulamento institucional do MERCOSUL, se adicionou outra realidade: os custos econômicos que teria o país para adotar o programa de liberalização do Protocolo de Caracas”.

A entrada da Venezuela no MERCOSUL gerou manifestações tanto favoráveis quanto desfavoráveis, e muitos analistas afirmam que devido à atuação ativa de Hugo Chávez na região, sua entrada foi defendida com muito esforço pela aliada Argentina. Com efeito, a Venezuela é a maior compradora individual de títulos da dívida pública da Argentina:

Até julho de 2006, a Venezuela comprou US\$ 3,3 bilhões em bônus da Argentina, o que possibilitou a recuperação de suas reservas logo após ter quitado a dívida junto ao FMI; também adquiriu US\$ 100 bilhões em bônus do Paraguai e financiou vários projetos no Uruguai e na Bolívia. (CUMBRE, 2006 apud TERUCHKIN, 2006, p. 45).

Analisando a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, há aqueles que acreditam que ela será benéfica ao bloco e aqueles que acreditam que não. Entre aqueles que acreditam que será benéfica, estão os que afirmam que a Venezuela proporcionará elevados ganhos, ampliando o mercado regional, e que como maior fonte petrolífera do continente dispõe de amplos recursos para investir no bloco, além de ampliar o poder de barganha do MERCOSUL frente às negociações com terceiros. E aqueles que acreditam que será prejudicial, apontam o fato de que o MERCOSUL virá a ter problemas políticos devido a forte personalidade e comportamentos populistas do presidente Chávez.

A Venezuela se mostra muito importante geoestrategicamente para o MERCOSUL ao se projetar pela Amazônia e Andes e, sobretudo, pode dar acesso ao mar do Caribe. Possui ricas reservas energéticas de gás e petróleo, podendo contribuir para o crescimento econômico do bloco: “O bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes e seu Produto Interno Bruto (PIB) supera US\$ 1,1 trilhão sendo de 12% a representatividade da Venezuela no triênio 2003-05” (TERUCHKIN, 2006, p. 47).

As manifestações oficiais da Argentina e do Brasil são de que a Venezuela tem um papel importante no continente e de que sua adesão ao MERCOSUL pode colaborar com o processo de integração e projeção da América do Sul, possibilitando a construção de associações mais ambiciosas. (TERUCHKIN, 2006, p. 48).

Apesar das manifestações a favor da Venezuela no MERCOSUL, muitos afirmam que sua adesão poderá aumentar à incerteza política do bloco e diminuir os investimentos estrangeiros na região, devido ao fato de Hugo Chávez ser contrário as políticas estadunidense e ao processo de globalização, e ainda encerrando em definitivo as negociações para a criação da Área de Livre Comercio das Américas (ALCA).

Conforme Barbosa 2006 (apud TERUCHKIN, 2006, p. 48) o presidente do Paraguai na época declarou que a entrada da Venezuela ao MERCOSUL poderá transformar o MERCOSUL em um fórum de maniqueísmo político e de confrontação ideológica e dogmática. Celso Amorim na época ministro das relações exteriores do Brasil também declarou que a entrada da Venezuela poderá trazer “complicações políticas”. Outros ainda afirmam que a Venezuela poderá apenas utilizar o MERCOSUL para benefício próprio, como pleitear uma candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, e fortalecer seu processo de integração econômico independente através da ALBA/TCP (TERUCHKIN, 2006).

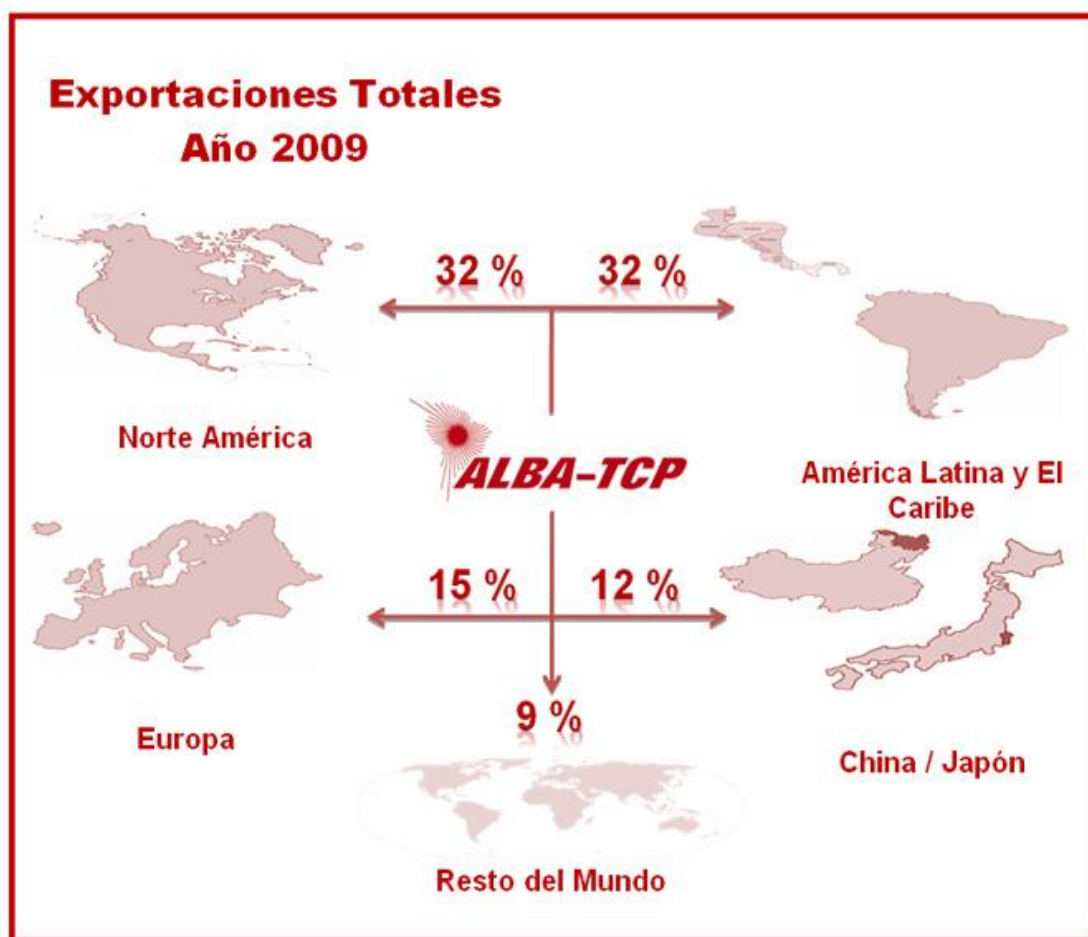
Já Luiz Augusto Faria (apud TOLEDO, 2011):

Descarta a possibilidade de as posições “anti-imperialistas” do governo Chávez prejudicar acordos comerciais do MERCOSUL com outros blocos. Segundo Faria, a relação venezuelana com a Europa não tem muito destaque, já que o principal parceiro comercial venezuelano são os EUA. “A Venezuela nunca fez nada para perder

a confiabilidade de nenhum dos países, eles (a Venezuela) nunca pararam de exportar petróleo, nem mesmo aos EUA (apesar das críticas)”, pondera.

Como mostra o gráfico 01 a seguir das exportações dos países da Alba, que inclui a Venezuela e nele pode-se observar que mais da metade do comércio regional do bloco ocorre com os países centrais, isso mostra como apesar das críticas o governo venezuelano continua pragmático na prática e apenas crítico e radical nos discursos.

Gráfico 01: Exportações da Alba



Fuente: CEPAL. División de Estadísticas y Proyecciones Económicas, INE Bolivia, ONE Cuba, INEC Ecuador, INEC Nicaragua, INE Venezuela y CARICOM. Statistics Sub-Programme, Caribbean Community Secretariat

Atualmente a inclusão da Venezuela no MERCOSUL depende apenas do parlamento paraguaio, pois os congressos dos demais países membros já posicionaram a favor do pleito venezuelano. Em todos esses países o processo de

ratificação do protocolo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL não ocorreu de forma calma, mas com forte dose de discussões e debates, como demonstrado pelos discursos dos senadores brasileiros sobre essa questão.

Entre os senadores que discursaram contrários estão

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR, 2009) questiona:

(...) A grande indagação: a Venezuela, de Hugo Chávez, integra ou desintegra? Agrega ou desagrega? Essa é a grande indagação, num momento de exacerbação da política latino-americana em função de episódios que ocorrem na Bolívia, no Equador, na Colômbia, na Venezuela e agora, mais recentemente, em Honduras. Essa é uma indagação que certamente presidirá a preocupação dos Srs. Senadores na análise dessa proposta de inclusão da Venezuela no MERCOSUL. (...)

(...) O governo Chávez pauta suas relações internacionais entre amigos e inimigos. Com uma mudança política no Brasil, como reagirá o Presidente Hugo Chávez? Hoje ele está às mil maravilhas com o Presidente Lula, são parceiros, são companheiros, “trocam figurinhas”, como se diz na gíria popular. Mas, com um novo Presidente do Brasil, como será esse relacionamento? Há insegurança jurídica para os investimentos brasileiros na Venezuela, em função do estilo e comportamento do presidente. Como se comportará o Presidente Chávez no MERCOSUL com direito a veto? E se um novo governo brasileiro não lhe for do agrado, como se comportará ele com direito a veto? Chávez quer se integrar ao MERCOSUL ou quer subordinar o MERCOSUL ou seu projeto bolivariano da Alba?

Enfim, são perguntas fundamentais que devem ser respondidas até que o Senado Federal delibere sobre a inclusão da Venezuela no MERCOSUL. (...).

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG, 2010) mostra:

(...) Como se não bastasse, com a adesão da Venezuela, iniciamos o processo de ampliação do MERCOSUL antes de consolidarmos o mercado comum.

É bom ressaltar que não questiono aqui a importância das relações comerciais com Caracas, mas o Presidente Hugo Chávez, com suas declarações belicosas, traz um elemento de instabilidade às relações do bloco. Ele não aceita a economia de mercado e a democracia, regras básicas de conformação do MERCOSUL. (...) É uma falácia dizer que a Venezuela é uma democracia porque faz eleições plebiscitárias. A democracia é independência de poderes, liberdade de imprensa, segurança jurídica, Estado de direito. Esses requisitos estão em perigo na Venezuela. (...).

Já entre os senadores que discursaram a favorável demonstraram que Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR, 2009).

(...) Nesse contexto, Sr. Presidente, a aprovação do ingresso de Colômbia, Equador e Venezuela como membros associados do MERCOSUL merece nosso reconhecimento e aplauso. Afinal, são países que, além de sua importância econômica – o que por si só já justificaria nossa aproximação –, possuem também relevância estratégica.

A título de uma exemplificação, basta nos lembrarmos das imensas possibilidades de cooperação entre a Petrobras e a PDVSA, a estatal venezuelana, no campo da energia, e dos imensuráveis benefícios que podem advir de um relacionamento afinado entre Brasil e Colômbia no combate ao narcotráfico na região amazônica. Esperamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o ingresso desses três países no MERCOSUL seja o símbolo de uma América do Sul cada vez mais próspera e unida. (...)

Inácio Arruda (PC do B-CE, 2009)

(...) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a entrada da Venezuela no MERCOSUL é um forte estímulo para que nossos vizinhos persistam trilhando a rota democrática. Até mesmo os opositores do governo Hugo Chávez constatarem que a adesão do país ao MERCOSUL contribui para contornar eventuais fracionamentos da ordem constitucional. No limite, pode-se adotar a exclusão de tal ou qual país do organismo multilateral. A importância da integração para preservar a democracia tem sido demonstrada, em mais de uma ocasião, seja pelos mecanismos adotados pela OEA seja pela União Europeia, de maneira inequívoca.

Do ponto de vista geopolítico, temos com a Venezuela faixa de fronteira expressiva e interesses de defesa assemelhados. Compartilhamos problemas sociais e possuímos economias complementares. Asseguraremos, com a integração, matriz energética ímpar no mundo. Seremos parceiros do detentor da 6^a maior reserva de petróleo comprovada do planeta e da 9^a de gás. Como perder oportunidade igual a esta? Ficaremos ainda mais próximos da América Central e do Caribe. Teremos maiores condições de, junto com os quatro membros fundadores do MERCOSUL, fortalecer a democracia na região e nossas respectivas economias. O ingresso da Venezuela representa forte estímulo ao desenvolvimento das nações sul-americanas, sendo sua principal contribuição o reforço de um mercado comum com trocas de bens e serviços mais intensas e justas entre os países. Este é o caminho para a redução das desigualdades sociais e para a ampliação do bem-estar de nossas populações.

Cabe destacar ainda, Sr. Presidente, que a adesão da Venezuela ao MERCOSUL propiciará inúmeros benefícios para o Brasil, em particular para as regiões Norte e Nordeste. Iniciativas de integração

energética, de infraestrutura produtiva e ambiental estão em curso, como a construção das linhas de transmissão elétrica em Roraima e da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco. O ingresso da Venezuela, ao dinamizar os fluxos econômicos com a porção setentrional da América do Sul, hoje concentrados no Cone Sul, possibilitará um maior equilíbrio entre as regiões brasileiras.

Existem, pois, motivos de sobra para aprovar o Protocolo. A adesão da Venezuela ao MERCOSUL reveste-se de importância estratégica para a consolidação do bloco regional, a aceleração do desenvolvimento econômico-social dos países membros e a projeção internacional do subcontinente num mundo multipolar. Portanto votemos, Srs. Senadores, pela aprovação do projeto de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, confiantes de estarmos trilhando o caminho que respeita a vontade de integração dos povos e Estados Sul Americanos. (...)

No Brasil apenas em 2009 o Congresso concluiu a votação para a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Sendo que na análise dos pronunciamentos dos senadores brasileiros, a partir de pesquisa realizada no site do senado sobre a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, identificamos que dos vinte e cinco pronunciamentos analisados dos senadores, oito foram contra a entrada da Venezuela no MERCOSUL, e dezessete a favor, sendo os que votaram a favor a maioria da base governista, e os contrários a maioria da oposição (como mostra partes dos discursos dos senadores acima e em anexo).

Dentre os vários apontamentos dos senadores brasileiros que se mostraram contrários a entrada da Venezuela no bloco, está à personalidade “autoritária” de Hugo Chávez. Segundo eles, a democracia na Venezuela encontra-se comprometida, o que afetaria a entrada daquele país no MERCOSUL, pois enfrentaria problemas com o Protocolo de Ushuaia que estabelece uma cláusula democrática para todos os membros que queiram entrar no bloco. O Protocolo de Ushuaia (1998), afirma que a plena vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL. A condição democrática é, portanto, condição para a adesão e para a permanência no bloco.

O Protocolo de Ushuaia, estabelecido entre os Estados-Partes do MERCOSUL, em seu artigo 1º, afirma que, “a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-Partes do presente Protocolo”. O artigo 2º do referido

protocolo traz que a aplicação do artigo 1º se dará no caso de ruptura da ordem democrática em algum dos Estados-Partes. No artigo 4º define-se que no caso de ruptura da ordem democrática em um Estado-Parte do Protocolo, os demais Estados-Partes promoverão consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado.

Evidente que é preciso lembrar que o MERCOSUL surge num contexto de preocupação dos Estados da Bacia do Prata com a consolidação da democracia na região. A Argentina restaurava a democracia em 1983; o Brasil saiu de um longo período de regime militar (1964-1985) ao restabelecer a democracia em 1985; o Paraguai se redemocratiza em 1989, e o Uruguai em 1984. Assim, a assinatura do Tratado de Assunção de 1991 seria marcado pela preocupação dos recém-democratizados Estados da região em impedir o retorno dos militares ao poder. Encontrar paralelos, portanto, entre aquele período marcado pela Guerra Fria e regimes autoritários com o atual momento histórico onde realizam-se eleições periódicas em todos os países da região, inclusive na Venezuela, representa uma descontextualização histórica com evidentes objetivos ideológicos.

Aqueles que apoiaram a entrada da Venezuela como membro pleno no MERCOSUL, afirmam que apesar dos problemas políticos internos daquele país, este é uma democracia reconhecida pelos organismos internacionais.

Toledo (2011, p.1-2) comenta que o que foi fundamental para a aprovação brasileira do pleito venezuelano de ingresso ao MERCOSUL:

(...) a visita ao Senado do Prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, forte opositor de Chávez. Em Brasília, ele pediu aos parlamentares que votassem a favor da medida que autoriza a entrada da Venezuela no bloco, argumentando que deixar o país isolado seria pior para a democracia. Integrantes de partido tanto da oposição quanto da situação alegavam que aquela nação descumpra a cláusula democrática, uma das exigências para se ingressar no bloco, PSDB, DEM, PPS, PMDB e PTB acabaram convencidos por Ledezma.

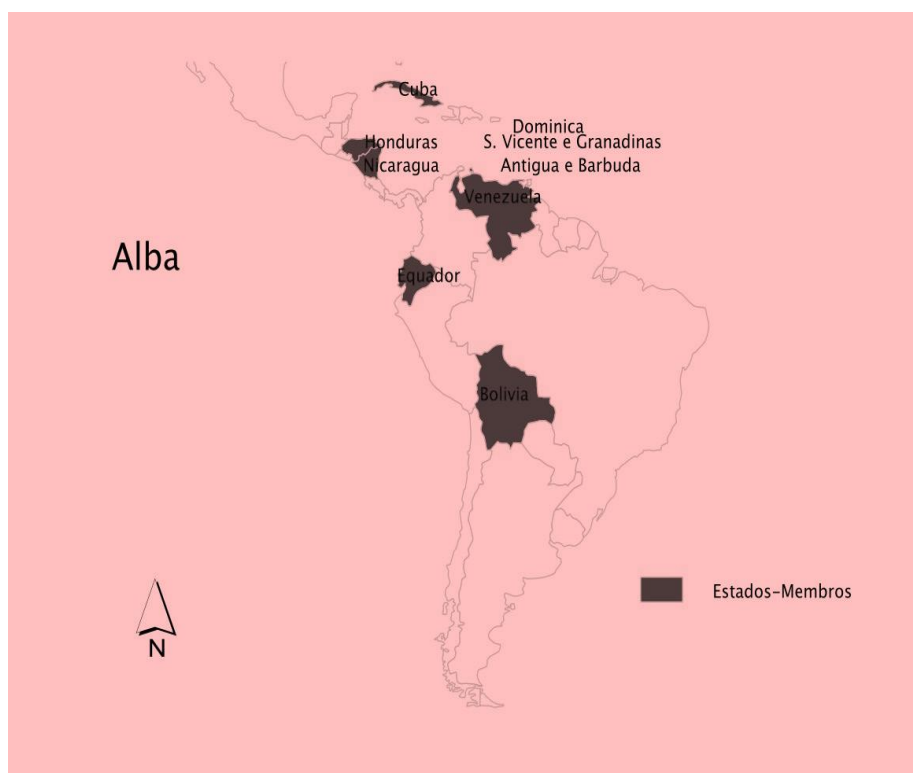
Para Briceño-Ruiz (2010), a entrada da Venezuela no MERCOSUL, foi o resultado de uma mudança no cenário político regional, e também segundo ele pode-se “argumentar que a inclusão do novo membro foi uma decisão política e não foi o resultado de uma avaliação estilo União Europeia do grau de preparação da

Venezuela para ingressar no bloco regional” (2010, p. 78). Mas cita (ibid, p. 95) que, atualmente:

(...) pode-se argumentar que o governo venezuelano deixou de considerar o MERCOSUL como uma prioridade em sua política de integração. As referências ao ingresso a este bloco regional são cada vez menores no discurso de Hugo Chávez e nos documentos oficiais do país. Em vez disso, o governo venezuelano dedica cada vez mais seus recursos econômicos e diplomáticos a ALBA, um esquema em processo de formação, no qual Venezuela exerce a liderança, que não tem um acervo comunitário e que, em consequência, é bem mais compatível com os objetivos da política externa vigente na Venezuela desde 1999.

4.2 A Venezuela e a ALBA

FIGURA 2 – ESTADOS-MEMBROS DA ALBA



Elaborado por ALBUQUERQUE, 2011.
Programa GvSIG.

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, criado pela Venezuela e que conta também com Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas e Antígua e Barbuda¹¹, traz em seu discurso e nas suas ações preocupações de âmbito social, se descolando do aspecto meramente econômico, como demonstrado já nos princípios norteadores da entidade que são: comércio justo vem antes do lucro; cooperação e solidariedade entre os povos e defesa da soberania regional¹². Mas, ao mesmo tempo, o bloco não deixa de se preocupar com sua defesa e autonomia. Para Murh (2010, p. 617):

É importante notar que, contrastando com atuais (sub)regionalismos, como a União Europeia, o acordo Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA) e o MERCOSUL, nos quais a dimensão social (“bem-estar/previdência social”) é inexistente ou apenas entra no quarto ou quinto nível de regionalidade (HETTNE, 2003), na ALBA o social têm assumido desde o início um papel fundamental de integração

A tabela 2 traz algumas características desse processo de integração regional.

Tabela 2 - Características da Alba

Extensão territorial	Mais de dois milhões e meio de quilômetros quadrados.
População	Mais de 75 milhões de pessoas.
Localização	A Alba se projeta pelo Atlântico, Pacífico e Caribe, englobando a América do Sul em seus setores Andino e Amazônico.
Pontos Fortes	Dentre as maiores reservas de petróleo do mundo. Maiores reservas mundiais de lítio testado. Primeiro na América e oitavo nas reservas mundiais de gás natural. Enormes reservas de minério de ferro, ouro, colton, níquel, alumínio, cobre. Grandes extensões de terra arável (os principais

¹¹ Em anexo há as características de cada país que compõem a Alba. Honduras se retirou da Alba em 2009.

¹² Fonte: <http://www.alba-tcp.org/en/contenido/principles-alba>

	produtos agrícolas são quinoa, banana, soja, cana de açúcar, café) e biodiversidade. Enorme riqueza cultural e histórica.
--	---

Fonte: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2105>

Acesso em 28/04/2012.

Apesar da integração regional proposta pela Venezuela ser uma proposta que visa o aspecto social e a cooperação e solidariedade entre os povos, não deixa de se preocupar com sua autonomia e defesa. A questão, portanto, é se a Venezuela não acaba se utilizando desse discurso da solidariedade regional para ampliar sua influência entre os povos andinos e caribenhos, ao mesmo tempo em que amplia sua projeção em direção ao sul com o projeto de integração energética Petroamérica - que se subdivide em Petrosur, Petrocaribe e Petroandina – e a adesão ao MERCOSUL. Há também o projeto venezuelano que liga Caracas a Cuba por cabo de fibras óticas submarino ¹³, proporcionando maior e melhor acesso à internet aos cubanos, realizado por uma empresa francesa e gerido pela empresa cubano-venezuelana Telecomunicaciones Gran Caribe SA.

A Figura 3 demonstra justamente esse caráter bifronte da geopolítica venezuelana, talvez o mais importante elo de ligação para a integração sul-americana de Norte a Sul e de Leste a Oeste, pois projeta-se tanto em direção ao Caribe quanto em direção aos Andes e Amazônia. Além disto, sua proposta de integração parece envolver o potencial de fazer convergir os países andinos ao projeto de integração regional iniciado pelo Cone Sul sul-americano.

¹³ Fonte: http://blogdasppps.blogspot.com.br/2011_01_22_archive.html e <http://static.publico.clix.pt/pesoemedia/noticia.aspx?id=1476599&idCanal=17>

FIGURA 3 – ESTADOS-MEMBROS DO MERCOSUL E DA ALBA

Elaborado por ALBUQUERQUE, 2011.
Programa GvSIG.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Wallerstein (apud PENNAFORTE, 2011) a atual crise econômica global é estrutural e não de um país ou região. Mas a crise oportuniza pensar o novo, ainda que diante da falência do socialismo, não se saiba apontar uma saída precisa. Para ele, não obstante, devemos continuar apostando na compreensão do momento atual, para depois vermos com mais clareza o que pode acontecer no futuro.

Analisando o sistema-mundo observa-se que o comércio e o lucro impactam diferenciadamente países centrais e periféricos, e eis os motivos desses últimos perceberem mais claramente que “A integração regional não resolverá o problema da pobreza ou da exclusão, mas pode fazer uma contribuição muito maior que aquela que propõe o modelo neoliberal. Em consequência, a ideia de integração solidária é bem-vinda”. (BRICEÑO-RUIZ, 2010, p. 91).

Os países da América Latina experimentaram inúmeros danos sociais e ambientais causados pelo imperialismo dos países centrais, e buscam no momento uma maior autonomia. A medida em que ainda são dependentes dos investimentos estrangeiros para se desenvolverem, essa maior autonomia se traduz principalmente no plano discursivo. As ações concretas são ainda limitadas, mas não deixam de guardar importância, afinal discute-se hoje a reformatação do MERCOSUL; o aprofundamento da ALBA, da UNASUL e do CDS; e de diversos projetos de caráter setorial (a *Telesur* que visa uma rede latino-americana de comunicações livre do discurso único das grandes cadeias globais de informação e o *Banco do Sul* que tem por objetivo a integração e financiamento regional sem as imposições já tradicionais realizada pelo Banco Mundial, são os dois melhores exemplos):

Podemos dizer que emergem novos regionalismos, com um outro conteúdo, com uma intencionalidade simbólica distinta, onde ganham centralidade conceitos como igualdade, solidariedade e justiça social, perdidos na luta pela competitividade. Há, de certo modo, um avanço na direção de uma ruptura com o modelo neoliberal, e uma procura de pactos territoriais baseados em um maior respeito pelas diversidades. (ARROYO, 2010, p. 67)

Essa maior autonomia discursiva e de ações se deve ao fato de os países da região contarem com uma maior liberdade em relação aos países hegemônicos, que

muitos atribuem à crise sistêmica de acumulação. O fato é que os Estados Unidos estão dando atualmente maior atenção a outras zonas do globo, especialmente diante da emergência dos países asiáticos, impossibilitado de casar seu hard power (principalmente econômico) com o soft power na América Latina como no passado. A tabela 3 mostra o direcionamento dos fluxos de investimento direto externo por região do globo, evidenciando a queda do IDE na América Latina e o aumento significativo principalmente na Ásia.

Tabela 3 - Fluxos de IDE recebidos, por região e economias entre 1970- 2008 (%)

	1980	1990	2000	2006	2007	2008
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Economias desenvolvidas	86,1	83,0	80,9	66,6	68,7	56,7
Europa	39,5	50,4	51,2	43,2	45,5	30,5
América do Norte	42,0	27,0	27,6	20,3	19,2	21,3
Outros países desenvolvidos	4,6	5,6	2,1	3,0	4,0	4,9
Economias em desenvolvimento	13,8	16,9	18,6	29,7	26,8	36,6
África	0,7	1,4	0,7	3,9	3,5	5,2
América Latina	11,9	4,3	7,1	6,4	6,4	8,5
Ásia e Oceania	1,2	11,3	10,8	19,4	16,8	22,9
Economias em transição	0,0	0,0	0,5	3,7	4,6	6,7

Fonte: Unctad – Elaboração Sobeet – Boletim Sobeet, ano VII, nº 65, 24 de novembro de 2009 apud Arroyo, 2010, p. 71.

O enfraquecimento da posição norte-americana na América Latina e a decorrente ascensão chinesa e a valorização dos ativos petrolíferos, propiciaram ao governo de Hugo Chávez o desenvolvimento de uma série de estratégias visando a multipolaridade no sistema mundial em contraposição a unipolaridade norte-americana, o que representa a condução de movimentos antissistêmicos ainda que de cima para baixo.

Evidente que, como afirma Wallerstein, as mudanças reais promovidas pelos movimentos antissistêmicos não dependem apenas da vontade de seus atores, mas dos desdobramentos das relações internacionais, afinal, trata-se de um sistema mundial. A importância da Venezuela para a integração regional e para os movimentos antissistêmicos se faz exatamente nessa condição venezuelana de ser o elo entre as propostas integracionistas regionais no campo social e econômico.

Mas para além do terreno da ideologia, deve-se considerar a projeção de poder venezuelana derivada de sua condição geopolítica peculiar, sintetizada através de dois movimentos geoestratégicos (Figura 4). O primeiro, um triângulo estratégico formado entre Caracas, Havana e Manágua, que se projeta por todo o Mar do Caribe, onde se defronta com a presença econômica e militar norte-americana. No passado, Nunes (2009) comenta que esse choque direto envolvia a Doutrina Bolivariana e a Doutrina Monroe, quando esses dois projetos distintos de integração para o continente somente não entraram em conflito devido à frente de expansão para o Oeste dos EUA e a debilidade de Simon Bolívar de efetivar a unificação da América Latina Hispânica.

Mas a presença venezuelana no Caribe não visa apenas a confrontação com os Estados Unidos, mas também uma projeção de poder nacional através de relações comerciais. Não podemos esquecer que, apesar das críticas de natureza antissistêmica, a Venezuela continua exportando seu petróleo aos Estados Unidos, do qual é parceiro comercial natural em razão da redução dos custos do frete através do Caribe. Com isso, parece evidente que, para além do discurso ideológico de gestação de uma unidade regional antissistêmica, há um movimento geopolítico venezuelano de consolidação de seu poder econômico por todo o Caribe e região andina, sem esquecer do mercado norte-americano.

A ampliação da segurança e de poder trás o retorno do Realismo Político para

o ator venezuelano, apesar da retórica antissistêmica parecer sinalizar em sentido oposto. E, por mais paradoxal que possa parecer, é esse forjar de uma unidade regional com cimento ideológico que assegura a supremacia da política exterior venezuelana em diversas direções sempre tendo o Caribe por área central.

FIGURA 4 – PROJEÇÃO GEOPOLITICA DA VENEZUELA



Elaborado por ALBUQUERQUE, 2011.

Programa GvSIG.

O segundo movimento geoestratégico venezuelano ocorre na direção do heartland sul-americano, novamente cimentado pela afinidade ideológica agora com o governo boliviano de Evo Morales. Ai não são os interesses norte-americanos que se projetam pela região, de resto limitado à Colômbia, ainda mais depois do fechamento da base equatorial de Manta, mas os interesses geopolíticos brasileiros. O Brasil busca se consolidar como potência regional, mas sem causar maiores problemas em sua inserção internacional aberta, e por isso seu discurso de

hegemonia benevolente entre seus vizinhos. Sempre amigável, sabe o Brasil que para se estabelecer como líder regional precisa contar com o apoio dos demais países.

Mas, ao mesmo tempo, o Brasil não tolera uma intervenção mais direta em sua zona de influência imediata, nem mesmo dos Estados Unidos, e portanto, não seria diferente com as pretensões venezuelanas. Enquanto a hegemonia brasileira se faz de longa data e de forma multidimensional e gradativa, a hegemonia venezuelana se baseia em demasiado no personalismo de sua liderança política atual, de resto efêmera. De qualquer forma, é importante perceber que o jogo de poder sul-americano não deixará de ter na Venezuela um ator cada vez mais importante, principalmente enquanto persistir a valorização da *commoditie* petróleo, o que parece uma tendência das próximas décadas.

Como se pode notar, a “balança de poder” sul-americana não tem mais apenas a Argentina e o Brasil como principais atores, agora há também a presença da Venezuela. Podemos então falar de uma “tríade sul-americana” decorrente do tamanho territorial, demográfico e econômico destas nações, e que representam os pilares das ações regionais e das relações da região com os demais países do sistema internacional. Por isso, o discurso ideológico contra o “mundo único” visa mais que a integração regional, esperando forjar uma identidade coletiva regional capaz de nortear as relações internacionais de forma mais autônoma possível, mas sem deixar a primazia nacional na visão de segurança e poder desses atores.

Referências

- Albuquerque, E S. **Um Subimperialismo Brasileiro na América do Sul?** Disponível em: http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=301&ed=49/10/2006. Acesso em 09/01/2011 às 22h40min.
- Almeida Filho, N. **O debate atual sobre a Teoria da Dependência**. Revista de Sociologia Brasileira e Economia Política. Rio de Janeiro, nº 16, p. 32-50, junho, 2005.
- Arrighi, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.
- Arrighi, G.; Silver, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.
- Arroyo, Mónica. **MERCOSUL: redefinição do pacto territorial vinte anos depois**. In , Mónica; Zusman, Perla. **Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial**. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010, pp. 37-58.
- Arienti, Wagner Leal; Filomeno Felipe Amim. **Economia Mundial do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. Em Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 28, n.1, p.99-126, jul.2007.
- Ayerbe, Luis Fernando. **Ordem, Poder e conflito no século XXI: esse mesmo mundo é possível**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- Barbiero; Alan I; Chaloult Yves. **O MERCOSUL e a Nova Ordem Econômica Internacional**. Revista Brasileira de Política Internacional vol.44 no. 1 Brasília Jan./June 2001
- Baptista, Luiz Olavo. **O MERCOSUL após o Protocolo de Ouro Preto**. Estudos Avançados. Vol. 10 nº. 27. São Paulo. 1996.
- Bobbio, Norberto, 1909 - **Dicionário de política** / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora. Universidade de Brasília, 11º ed., 1998. Vol. 1: 674.
- Bobbio, Norberto, **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- Borba de Sá, Miguel. **Os novos movimentos sociais da região andino-amazônica e as Relações Internacionais da América do Sul**. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. San

Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 12 a 14 de novembro de 2007.

Briceño-Ruiz, José. **O MERCOSUL na Política de Integração da Venezuela.** Civitas, Porto Alegre, v.10, n.1, p.77-96, jan-abr, 2010.

Coutinho, Bernard Teixeira. **A atuação do Brasil na América Latina: uma reflexão sobre o subimperialismo brasileiro.** Revista Para Onde (UFRGS) no prelo.

Coutinho, Marcelo. **Movimentos de mudanças política na América do Sul contemporânea.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 27, p.107-123, Nov. 2006.

Coutinho, Marcelo; Hoffmann, Andrea Ribeiro, Kfuri, Regina. **Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.51 nº. 2 Brasília July/Dec. 2008

Declaração Alba. Disponível em:

<<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=258>> Acesso em 16 de junho de 2010.

Fiori, J. L. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul.** Revista Oikos, Rio de Janeiro, n. 8, 2007, ISSN 1808-0235 p. 77 a 106.

_____ **O poder global e a nova Geopolítica das nações.** CyE ano I, 2009.

_____ Comunicação: **O mundo como ele é.** Revista Oikos, Rio de Janeiro, volume 8, n. 2, 2009 ISSN 1808-0235 p. 323 a 328.

Girault, Christian. **Dimensão geopolítica das integrações regionais.** Mercator, vol.9, n. 19, 2010, maio/agosto, p.7 a 17.

Martin, André Roberto. **Sopa de letrinhas: ALBA, ALCA, MERCOSUL, UNASUL, CAN... Para onde vai a integração latino-americana?** Arroyo, Mónica; Zusman, Perla. **Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial.** São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010, pp. 37-58.

Martins, Carlos Eduardo. **A conjuntura contemporânea e o sistema mundial: os desafios da América século XXI.** En: *Seminário Internacional REG GEN: Alternativas a Globalização* (8 al 13 de Octubre Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp01.pdf>

Miyamoto, Shiguenoli. **O MERCOSUL e a Segurança Regional: uma agenda**

comum. São Paulo em Perspectiva. Vol. 16 nº. 1, São Paulo, 2002.

Nunes, Pedro dos Reis. **O Projecto Alba: equilibrando um mundo desequilibrado novas dinâmicas de integração, novas abordagens securitárias.** Dissertação de mestrado. Coimbra, julho de 2009.

Herz, Monica, Ribeiro Hoffmann, Andrea, **Organizações Internacionais. História e Práticas.** Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2004.

Muhr, Thomas. **Venezuela e Alba: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos.** Educação e pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, p. 611-627, maio/ago, 2010;

Huntington, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

Osório, L. F. **O Sistema Mundo no pensamento de Arrighi, Wallerstein e Fiori: um estudo comparativo.** Disponível em:
http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_sistema_mundo_no_pensamento_de_arrighi_wallerstein_e_fiori.pdf Acesso 07/09/2011 as 13hrs e 21 min.

Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de. **MERCOSUL e política.** São Paulo. Editora LTR. 2001. 112 p.

Pennaforte, Charles. **Análise dos Sistemas-Mundo: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein.** Rio de Janeiro: CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011 (Coleção perspectivas do mundo contemporâneo).

Pennaforte, Charles; Luigi, Ricardo. **Movimentos Antissistêmicos na América Latina: Venezuela e sua “função piemontesa”.** Revista Intellector, Ano I, Volume II, nº 3, Julho/Dezembro, Rio de Janeiro, ISSN 1807-1280, <http://www.revistaintellector.cenegri.org.br>

Preciado, Jaime. **América latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia.** Em caderno CRH, salvador, v. 21, n.53, p. 253-268, maio/agosto, 2008.

Protocolo de Ushuaia. Disponível em < www.mercosul.gov.br > acessado em 20 de novembro de 2009.

Kelsen, Hans, **A democracia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000, 2º edição.

Seitenfus, Ricardo. **Considerações sobre o MERCOSUL: dossiê América Latina.** Estudos Avançados. Vol. 6 nº. 16, São Paulo, 1992.

Teruchkin, Sônia Unikowsky. **Ampliação do MERCOSUL: a adesão da Venezuela.**

Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 34, n.3, p.45-50, dez. 2006.

Tratado de Assunção. Disponível em < www.mercosul.gov.br > acessado em 20 de novembro de 2009.

Toledo, Virginia. **Com 20 anos de MERCOSUL, Venezuela ainda aguarda autorização para entrar: entrada do país de Hugo Chávez no bloco divide opiniões.** Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/internacional/2011/03/aos-20-anos-de-mercosul-venezuela-ainda-aguarda-autorizacao-para-entrar/>>

Unasul; Conselho Sul americano de Defesa. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br> > Acesso em 16 de junho de 2010.

Vieira, Pedro; Prado, Fernando Corrêa. **Uma crítica a perspectiva da economia nacional a partir da economia-mundo.** Textos para discussão, nº3, 2005, Centro Sócio-econômico. Departamento de Ciências Econômicas - UFCS. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2009/08/PedroFernando03-05.pdf> Acesso em 21/04/2010 às 22h44min.

Voigt, Márcio Roberto. **A Análise dos Sistemas-Mundo e a Política Internacional: Uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais.** Textos de Economia, Florianópolis, v.10, n.2, p.101-118, jul./dez.2007.

Wallerstein, I. M. **El moderno sistema mundial.** 4. ed. México: Siglo Veintiuno, 1988. v. 1. Apud Carvalho, G. C. A de. **Lutar pelo quê? Reflexões sobre os rumos dos movimentos antissistêmicos.** Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 13, n.25, p. 183-169, 2008.

Anexos

Anexo 01 - Pronunciamentos dos senadores brasileiros

Casa: Senado Federal

(A seguir parte dos pronunciamentos dos senadores analisados e utilizados na dissertação)

Pronunciamento 01

Autor: Álvaro Dias (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira /PR)

Data: 01/10/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: contrario

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, (...)

O objetivo é a integração latino-americana e o fortalecimento do MERCOSUL. A grande indagação: a Venezuela, de Hugo Chávez, integra ou desintegra? Agrega ou desagrega?

O Senador Tasso Jereissati elencou alguns temas fundamentais que dizem respeito a interesse econômico, interesse comercial, mas que dizem respeito também a interesses de natureza de política internacional, direitos humanos, democracia. Na sua avaliação técnica, a Venezuela não concluiu os cronogramas relativos à liberalização com o Brasil e a Argentina; não entregou a lista dos produtos a serem compreendidos por cada item da Nomenclatura Comum do MERCOSUL; não apresentou a lista de produtos que ficaria fora do processo de liberalização, chamada de lista de exceções; não definiu a adesão a acordos com outros países. Os prazos foram concedidos, foram esgotados, e os compromissos não foram atendidos pela Venezuela.

Mas o mais importante, creio, a analisar nesse momento são os aspectos democráticos e de direitos humanos.

Lerei alguns dos itens elencados pelo Relator. O processo político eleitoral é viciado. Há inabilitação prévia de possíveis candidatos de oposição para concorrerem nas eleições de 2008 – isso com base num relatório da Organização dos Estados Americanos. Aliás, surpreendentemente, esse relatório foi requerido por dois Senadores do PT: o Senador João Pedro e o Senador Eduardo Suplicy. Esse

relatório trouxe subsídios que defendem a não aceitação da Venezuela no MERCOSUL em função dos fatos gravíssimos que dizem respeito aos direitos humanos e à democracia.

Internalização na região de conflitos extracontinentais, em razão de atitudes provocativas aos Estados Unidos/Israel e aliança com países como Líbia, Irã, Coreia do Norte;

Um projeto próprio que originou a criação da Alba e a Telesur para a divulgação do ideário bolivariano.

O governo Chávez pauta suas relações internacionais entre amigos e inimigos. Com uma mudança política no Brasil, como reagirá o Presidente Hugo Chávez? Hoje ele está às mil maravilhas com o Presidente Lula, são parceiros, são companheiros, “trocam figurinhas”, como se diz na gíria popular. Mas, com um novo Presidente do Brasil, como será esse relacionamento?

Há insegurança jurídica para os investimentos brasileiros na Venezuela, em função do estilo e comportamento do presidente. Como se comportará o Presidente Chávez no MERCOSUL com direito a veto? E se um novo governo brasileiro não lhe for do agrado, como se comportará ele com direito a veto? Chávez quer se integrar ao MERCOSUL ou quer subordinar o MERCOSUL ou seu projeto bolivariano da Alba? Enfim, são perguntas fundamentais que devem ser respondidas até que o Senado Federal delibere sobre a inclusão da Venezuela no MERCOSUL.

Quanto à grande indagação se há razões de natureza econômica e comercial especialmente para o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, existem razões de natureza política comprometedoras que não o recomendam.

Valeria a pena trazer para dentro do MERCOSUL todo esse lixo autoritário existente na Venezuela? Essa é a pergunta com a qual encerro este pronunciamento, Sr. Presidente.

Pronunciamento 02

Autor: Arthur Virgílio (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira /AM)

Data: 19/11/2007

Com relação à adesão da Venezuela: contrario

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – (...) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o outro assunto é para dizer que recentemente, o chanceler Celso Amorim esteve em Caracas e, em contato com a imprensa, disse que, fora do Brasil, não iria entrar em detalhes sobre a tramitação, no Congresso brasileiro, do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL. (...) a Venezuela ainda não cumpriu requisitos técnicos para a aprovação do Protocolo, como bem observou outro diplomata de brilhante carreira, Rubens Barbosa, que foi Embaixador em Londres e em Washington. Em recente artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, chamou ele a atenção para esses aspectos técnicos.

Esse tresloucado governante, que promove perigosa corrida armamentista, teve, há pouco, o desplante, em reunião internacional realizada no Chile, de se imiscuir na política espanhola. Chamou de “fascista” o ex-Primeiro-Ministro José María Aznar e criticou a imprensa por “atacar” o seu regime. Levou merecida e pública reprimenda do Rei Juan Carlos, que bradou: “*¿Por que no te callas?*”

Esse é o Chávez que quer ingressar no MERCOSUL, sob a complacência – para dizer o menos – do Governo brasileiro. Não deixaremos! No Congresso, repito La Passionaria: não passará! (...) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senador Era, o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Pronunciamento 03

Autor: Arthur Virgílio (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira /AM)

Data: 05/07/2007

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: contrario

Pronunciamento 04

Autor: Eduardo Azeredo (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira /MG)

Data: 17/03/2010

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: contrario

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, (...)

Como se não bastasse, com a adesão da Venezuela, iniciamos o processo de ampliação do MERCOSUL antes de consolidarmos o mercado comum. É bom ressaltar que não questiono aqui a importância das relações comerciais com Caracas, mas o Presidente Hugo Chávez, com suas declarações belicosas, traz um elemento de instabilidade às relações do bloco. Ele não aceita a economia de mercado e a democracia, regras básicas de conformação do MERCOSUL. Traz agora até mesmo a nacionalização de supermercados.

É uma falácia dizer que a Venezuela é uma democracia porque faz eleições plebiscitárias. A democracia é independência de poderes, liberdade de imprensa, segurança jurídica, Estado de direito. Esses requisitos estão em perigo na Venezuela. (...)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronunciamento 05

Autor: Eduardo Azeredo (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira /MG)

Data: 16/12/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: contrario

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.).(...)

O MERCOSUL, que nunca cumpriu o seu papel de união aduaneira, ameaça naufragar, sim, diante de atitudes protecionistas e velhas pendengas políticas entre seus parceiros. Precisamos, na verdade, reinventar o MERCOSUL com urgência, abrindo linhas de investimento que permitam a real integração econômica da região. Cerca de 96% de nossas exportações são transportadas por meio marítimo, o que prova o insucesso de nossos esforços no sentido de maior integração com os vizinhos terrestres. Inventamos a Unasul, que já nasce cheia de problemas. A integração da América do Sul avançou apenas retoricamente. Ainda não dispomos de infraestrutura que interligue as costas do Pacífico com as costas do Atlântico. Como se não bastasse, com a adesão da Venezuela, iniciamos o processo de

ampliação do bloco antes de consolidarmos o mercado comum. É bom ressaltar que não questiono aqui a importância das relações comerciais com Caracas, como falamos aqui ontem. Mas o Presidente Hugo Chávez, com suas declarações belicosas, traz um elemento de instabilidade às relações do bloco. Ele não aceita a economia de mercado e a democracia, regras básicas de conformação do Mercosul.

É uma falácia dizer – vamos repetir aqui – que a Venezuela seja uma democracia porque faz eleições plebiscitárias. A independência de Poderes, a liberdade de imprensa, a segurança jurídica e o Estado de direito são itens fundamentais para caracterizar uma democracia. (...)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronunciamento 06

Autor: Eduardo Suplicy (PT - Partido dos Trabalhadores /SP)

Data: 27/10/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, eu gostaria de aqui relatar a importância da reunião que tivemos hoje na Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Eduardo Azeredo, quando tivemos a oportunidade de ouvir nosso Embaixador Régis Arslanian, representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi), e o Prefeito da cidade de Caracas, Venezuela.

O Embaixador Régis Arslanian ressaltou como o ingresso da Venezuela no MERCOSUL contribuirá significativamente para a maior integração dos países latino-americanos e, sobretudo, daqueles que já fazem parte do MERCOSUL, o Brasil, o Uruguai, o Paraguai, a Argentina, mas agora com a adesão da Venezuela. E o Prefeito Antonio Ledezma nos trouxe um depoimento muito significativo, uma vez que se trata de um prefeito que foi eleito, ao final do ano passado, com aproximadamente 53% dos votos, na capital da Venezuela, e um prefeito que se coloca como um dos líderes da oposição ao Governo do Presidente Hugo Chávez.

O interessante, inclusive a razão pela qual inúmeros Senadores avaliamos como importante convidar o Prefeito Antonio Ledezma, de Caracas, foi que ele expressou que será muito melhor para a própria oposição, para aqueles que desejam o aprofundamento do processo de democratização da Venezuela, para aqueles que desejam que ali vigore o respeito aos direitos humanos, que a Venezuela não se sinta isolada, ou melhor ainda, que o Governo do Presidente Hugo Chávez, que ele próprio não se sinta isolado e fora do MERCOSUL. Seria essa uma maneira de instar o Governo Hugo Chávez a representar as normas democráticas, o direito de liberdade de imprensa, o respeito aos direitos humanos, a liberdade de protestos, de vida o mais democrática possível. Para que tudo isso ocorra, será melhor que a Venezuela faça parte do MERCOSUL. (...)

Sr. Presidente, certamente, no seu parecer, no seu voto, o Senador Romero Jucá, na próxima quinta-feira, destacará que quem solicita adesão ao MERCOSUL não é, simplesmente, o Governo venezuelano, mas o Estado venezuelano. Portanto, há que se considerar que o Governo da Venezuela é transitório, que a Venezuela continuará, ao longo da história, a ser vizinha do Brasil, a ser um país da América Latina, um país cuja constituição, tal como a Constituição brasileira, tem por objetivo a integração com todos os povos da América Latina. Sr. Presidente, quero transmitir a V. Ex^a e a todos que vejo com muito otimismo a votação que teremos na quinta-feira em favor do ingresso da Venezuela no MERCOSUL. (...)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronunciamento 07

Autor: Flávio Torres (PDT - Partido Democrático Trabalhista /CE)

Data: 28/10/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, (...)

Na questão do voto da Venezuela, é exatamente isso que estou vendo. Temos uma questão, mas o que vemos? Vemos o Governo votando a favor, defendendo o

regime de Chávez – ou pelo menos os Senadores da situação –, e a Oposição, contra. Para mim, não é isso. Eu queria me colocar aqui. Vou votar amanhã a favor da entrada da Venezuela no MERCOSUL, mas não posso deixar de dizer aqui o que acho do regime de Chávez. (...)

Com relação a este ponto que estamos tratando, a Venezuela vai entrar é numa relação de comércio, numa relação até de estreitamento de amizade, de relações, num continente que sempre olhou para o outro lado do mapa, para a Europa ou para a América do Norte, mas nunca olhou para os vizinhos, nunca olhou para si. Então, é importante que nós façamos um esforço de uma coisa que vai começar capenga, que vai começar fanhosa, que vai começar cheia de defeitos, mas que é a semente de uma união dos países da América Latina. Já temos um esforço no Cone Sul com a Argentina, com o Paraguai, com o Uruguai... São quatro países. Está na hora de a gente olhar para o norte para ver se outros países vêm se juntar ao Brasil nesse nosso esforço de tentar uma coisa latino-americana, que fale a nossa língua ou muito próximo da gente, que tenha os nossos mesmos defeitos, que tenha as nossas mesmas necessidades, porque temos coisas muito próximas na América Latina: temos o povo ainda analfabeto, nós temos ainda um povo sem acesso ao emprego, sem acesso à saúde, sem acesso ao trabalho. Então, quero aqui explicar que o meu voto a favor da Venezuela nem de longe redime ou diminui as críticas que faço com relação à Venezuela. (...)

O que acontece na Venezuela é problema dos venezuelanos. A gente negocia com a China, que não tem nada parecido com democracia. A gente pode negociar com o Irã. Cada povo tem a sua cultura e tem o seu regime. Vamos cuidar da gente, mas vamos fortalecer o embrião do que poderá ser um mercado forte dos países da América Latina.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Pronunciamento 08

Autor: Geraldo Mesquita Júnior (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /AC)

Data: 17/09/2008

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.). (...)

Concordo com o raciocínio, Senador Heráclito, de que o Parlamento do MERCOSUL se constitui num mecanismo de proteção ao Estado democrático de direito. E o ideal é que os demais países associados, assim como a Bolívia, o Peru e o Chile, integrem efetivamente esse organismo o mais breve possível. A Venezuela está em processo de ingresso, e o ideal é que isso se consolide o mais breve possível, para que as nações sul-americanas, as nações da América Latina possam, aí sim, se constituir num grande bloco econômico mas também com repercussão no mundo social, político e cultural. Acho que esse é o caminho; é um caminho que devemos perseguir, é um caminho que devemos advogar, porque é o caminho da construção, da democracia em nossas nações, em nossos países; é o caminho do encontro dos interesses dos povos da América Latina, da América do Sul, ávidos e ansiosos pela consolidação do processo democrático e pela sua permanência. Portanto, Senador Eduardo Suplicy, sou um entusiasta do MERCOSUL, que tanta crítica recebe mas que tem esse aspecto, ressaltado pelo Senador Heráclito, de ter sido um elemento fundamental do processo de consolidação das democracias sul-americanas, notadamente no âmbito dos países que compõem esse grande Conselho. (...)

Senador Alvaro, muito obrigado pela concessão do tempo e uma boa tarde a V. Ex^a.

Pronunciamento 09

Autor: Gerson Camata (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /ES)

Data: 02/04/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: contrario

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, dez anos depois de sua ascensão ao poder por vias legais, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, parece prestes a completar a

tarefa a que se entregou desde que assumiu o cargo: destruir a democracia, fazendo uso, para cumprir sua meta, dos instrumentos proporcionados pelo regime democrático.

Não se pode atribuir ao coronel sequer o mérito do ineditismo. Hitler e Mussolini também empregaram o mesmo método para eliminar as liberdades. Arrancaram do Legislativo a autorização para governar por decreto. Recorreram a plebiscitos e referendos para acumular poder, ignorando o Congresso. (...)

O MERCOSUL uma Instituição que, na concepção de Chávez, precisa ser “descontaminada”, ou seja, deve conformar-se aos seus ditames ideológicos. Seu propósito é ingressar no MERCOSUL para transformá-lo numa frente beligerante, que só arrecadará inimizades e será incapaz de firmar acordos comerciais. A adesão da Venezuela só tende a emperrar as negociações com blocos e a inserção competitiva de seus integrantes na globalização. Transformado em instrumento da “política bolivariana”, o MERCOSUL enfrentará dificuldades sem conta, provavelmente insuperáveis, para concretizar seus propósitos, caso este sócio indesejável seja admitido.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Pronunciamento 10

Autor: Gerson Camata (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /ES)

Data: 27/06/2007

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: contrario

Pronunciamento 11

Autor: Inácio Arruda (PC DO B - Partido Comunista do Brasil /CE)

Data: 29/10/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. INÁCIO ARRUDA (PC do B – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase um ano tramita no Congresso brasileiro o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Protocolo de Adesão da

República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e da Venezuela.

Estou plenamente convencido de que esta Casa deve aprovar o Tratado que outorgará *status* de membro pleno do MERCOSUL à Venezuela. De início, invoco o texto constitucional que, no parágrafo único do artigo 4º, dispõe sabiamente que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visando a formação de uma comunidade latino americana de nações. A criação, consolidação e ampliação do MERCOSUL é uma resposta efetiva à elevada diretriz da Carta brasileira.

O MERCOSUL, Sr. Presidente, é um organismo dotado de personalidade jurídica e de ordenamento legal próprio. Essa organização internacional foi constituída com o ideal de permanência; sua continuidade é imprescindível, sobretudo diante da necessidade de solidificar os avanços até aqui verificados e expandir suas fronteiras, a exemplo do que sucede em outros blocos regionais.

A integração das nações sul-americanas acompanha uma inescapável tendência do mundo atual. Trata-se de uma iniciativa de alcance estratégico, de largo e profundo impacto, não de um mero episódio conjuntural; estamos frente a uma grave questão de Estado, não de governo. (...)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a entrada da Venezuela no MERCOSUL é um forte estímulo para que nossos vizinhos persistam trilhando a rota democrática. Até mesmo os opositores do governo Hugo Chávez constatam que a adesão do país ao MERCOSUL contribui para contornar eventuais fracionamentos da ordem constitucional. No limite, pode-se adotar a exclusão de tal ou qual país do organismo multilateral. A importância da integração para preservar a democracia tem sido demonstrada, em mais de uma ocasião, seja pelos mecanismos adotados pela OEA seja pela União Europeia, de maneira inequívoca.

Do ponto de vista geopolítico, temos com a Venezuela faixa de fronteira expressiva e interesses de defesa assemelhados. Compartilhamos problemas sociais e possuímos economias complementares. Asseguraremos, com a integração, matriz energética ímpar no mundo. Seremos parceiros do detentor da 6ª maior reserva de petróleo comprovada do planeta e da 9ª de gás. Como perder oportunidade igual a

esta? Ficaremos ainda mais próximos da América Central e do Caribe. Teremos maiores condições de, junto com os quatro membros fundadores do MERCOSUL, fortalecer a democracia na região e nossas respectivas economias. O ingresso da Venezuela representa forte estímulo ao desenvolvimento das nações sul-americanas, sendo sua principal contribuição o reforço de um mercado comum com trocas de bens e serviços mais intensas e justas entre os países. Este é o caminho para a redução das desigualdades sociais e para a ampliação do bem-estar de nossas populações.

Cabe destacar ainda, Sr. Presidente, que a adesão da Venezuela ao MERCOSUL propiciará inúmeros benefícios para o Brasil, em particular para as regiões Norte e Nordeste. Iniciativas de integração energética, de infraestrutura produtiva e ambiental estão em curso, como a construção das linhas de transmissão elétrica em Roraima e da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco. O ingresso da Venezuela, ao dinamizar os fluxos econômicos com a porção setentrional da América do Sul, hoje concentrados no Cone Sul, possibilitará um maior equilíbrio entre as regiões brasileiras.

Existem, pois, motivos de sobra para aprovar o Protocolo. A adesão da Venezuela ao MERCOSUL reveste-se de importância estratégica para a consolidação do bloco regional, a aceleração do desenvolvimento econômico-social dos países membros e a projeção internacional do subcontinente num mundo multipolar. Portanto votemos, Srs. Senadores, pela aprovação do projeto de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, confiantes de estarmos trilhando o caminho que respeita a vontade de integração dos povos e Estados Sul Americanos.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Pronunciamento 12

Autor: João Pedro (PT - Partido dos Trabalhadores /AM)

Data: 22/12/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) (...)

Discutimos aqui a América do Sul, discutimos aqui o Brasil, discutimos o MERCOSUL, discutimos a importância de aprofundarmos as relações comerciais, econômicas e culturais com os países da América do Sul, e o Senado aprovou a adesão da Venezuela.

Espero que o Congresso Nacional e que o MERCOSUL aprofundem essa discussão no sentido de também fazermos uma discussão sobre o Peru, sobre o Chile, sobre a Colômbia, enfim, sobre países que compõem a América do Sul, sobre países que compõem a história deste continente, desta região tão importante para os povos da América Latina. Então, Sr. Presidente, foi um ano importante aqui no Senado da República. (...)

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Pronunciamento 13

Autor: João Pedro (PT - Partido dos Trabalhadores /AM)

Data: 27/10/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, (...)

Fizemos mais uma audiência pública para tratar da adesão da Venezuela ao MERCOSUL; ganhou o debate, ganhou o interesse da Casa, salvo engano, mais de vinte Senadores passaram pela Comissão hoje discutindo, com várias opiniões. Quero dizer, Senador Jefferson Praia, que sou favorável à adesão da Venezuela ao MERCOSUL, porque estou falando da Venezuela Estado. É muito forte a questão ideológica nesse debate – Hugo Chávez pensa assim; Hugo Chávez faz isso. E é evidente que temos que reconhecer a postura ideológica do Presidente Hugo Chávez, mas analisar não só o Governo do Presidente Hugo Chávez, que diminuiu a pobreza nesse país rico. A Venezuela tem uma reserva petrolífera que coloca o país entre os cinco maiores produtores de petróleo. Mas, mesmo com esses últimos anos de Governo Hugo Chávez, que diminuiu a pobreza, é um país que apresenta diferenças grandes, um país rico. Senador Jefferson Praia, 15% do petróleo dos

Estados Unidos é oriundo da Venezuela. E apesar do grande conflito político-ideológico entre os Estados Unidos e o Governo do Presidente Hugo Chávez, os Estados Unidos compram 15% do seu petróleo – eles são os maiores compradores. Mas o mundo econômico, hoje, tem uma dinâmica grande, e nós não podemos prescindir do fortalecimento do MERCOSUL, é estratégico.

Nós não podemos esquecer que os Estados Unidos até hoje não engoliram esse bloco; tentaram impor a ALCA para se sobrepor a essa articulação regional. O mundo vive-se articulando em blocos, e, com adesão da Venezuela ao bloco, nós vamos ter um bloco com mais de 250 milhões de pessoas. Será um bloco consistente.

Um outro aspecto que levantei na audiência de hoje, sobre o qual quero refletir aqui. Nós fizemos uma audiência com o líder da oposição, nada mais, nada menos do que o Prefeito de Caracas. O Sr. Antonio Ledezma esteve aqui, no Senado. Ele é líder da oposição, Prefeito de Caracas, a maior cidade da Venezuela, uma referência, com cinco milhões de habitantes. O Prefeito esteve aqui, no Senado, e disse que o Estado da Venezuela deve aderir, deve fazer parte, mas aí condiciona, por conta da postura ideológica do Governo. (...)

Na minha opinião, será um erro desta Instituição não aprovar a adesão do Estado da Venezuela ao bloco do MERCOSUL.(...)

Nós estamos caminhando, desde meados de 1980, na construção do MERCOSUL, e a pressão internacional – nós não podemos desconhecer – contra o bloco é grande, de forma sutil. Mas o Brasil não pode ser líder de um bloco na América Latina. Essa que é a questão de fundo. Então, nós haveremos de superar esse debate no sentido de o Senado, de esta Casa assumir a responsabilidade de aprovar a adesão da Venezuela ao bloco.(...)

Eu espero que a Comissão de Relações Exteriores possa fazer um bom debate e que nós aprovemos o voto em separado do Senador Jucá, no sentido de aprovarmos – esse parecer tem que ser submetido ao Plenário – a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Pronunciamento 14**Autor: João Pedro (PT - Partido dos Trabalhadores /AM)****Data: 17/ 07/2009****Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável****O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Sem revisão do orador.). (...)

O MERCOSUL precisa ser ampliado com a presença da Venezuela e do Presidente Hugo Chávez. Às vezes, o debate fica no âmbito da posição ideológica do Presidente Hugo Chávez. Presidente eleito. Precisamos analisar com mais profundidade o Estado da Venezuela, a importância do povo da Venezuela. Precisamos nos deslocar do Cone Sul para a América do Sul, para o Norte do Brasil. A Venezuela joga um papel fundamental na ampliação desse bloco econômico, social e cultural que é o MERCOSUL.

Quero fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de prestar a força e a história política para que a Venezuela possa ser aceita por esta Casa. Precisamos fazer mais debates, mas o Senado joga um papel como o Congresso do Uruguai e da Argentina, que já aprovaram a adesão da Venezuela ao Bloco. Penso na Casa e na Liderança de V. Ex^a, como Presidente do Senado, no sentido de ampliarmos o Bloco com a adesão desse país importante da América do Sul, que é a Venezuela.

Muito obrigado.

Pronunciamento 15**Autor: João Pedro (PT - Partido dos Trabalhadores /AM)****Data: 30/04/2009****Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável****O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.). (...)

E eu espero que esta Casa vote a adesão da Venezuela. (...).

Quero destacar aqui que, há uns quarenta dias, numa entrevista no programa Roda Viva, na TV Cultura, São Paulo, o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso defendeu a adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Eu disse, na audiência de hoje, que o Brasil precisa romper com essa cultura de não ter uma relação mais profunda, mais densa com os países ao norte do Brasil. Estou falando da Venezuela, da Colômbia, do Peru, do Equador, da Bolívia, da Guiana, do Suriname. São países que estão ali, ao norte do Brasil, compondo a Pan-Amazônia. Historicamente, o Brasil tem uma relação com o Uruguai, com a Argentina, com o Chile, mas precisamos ter uma relação com os países que estão ao norte do Brasil, e não só uma relação econômica e comercial. (...) A Venezuela tem o terceiro PIB da América do Sul. Primeiro o Brasil, depois a Argentina e aí a Venezuela. Senador Jefferson Praia, a Venezuela tem um PIB de US\$335 bilhões. Nessa audiência pública, lembrei que o nosso parque industrial, que a Zona Franca de Manaus produz, em primeiro lugar, para a Argentina, depois para a Venezuela e então para os Estados Unidos. Ou seja, o emprego, a renda gerada na Zona Franca de Manaus vem, em grande parte, da exportação para a Venezuela, que é o segundo país importador dos produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. (...)

A Venezuela merece ter assento nesse bloco, que vem sendo articulado, ampliado, do MERCOSUL.

Com Hugo Chávez, o que se vê é, primeiro, uma política forte no que diz respeito a diminuir as injustiças sociais.

O Brasil precisa dizer “sim” à Venezuela no MERCOSUL porque essa relação, com certeza, nós a teremos agora, no presente, mas também a teremos daqui a cinquenta, cem, duzentos anos. Nós precisamos constituir esse bloco para o fortalecimento dos países da América do Sul. Penso que a Venezuela, por conta da sua história, da dinâmica de sua economia, de sua dinâmica social, cultural e política, chega tarde ao MERCOSUL. É hora de refletirmos sobre o papel estratégico da Venezuela no MERCOSUL. Espero que o Senado adote uma postura e assumam a responsabilidade de tomarmos uma decisão que possa engrandecer a relação multilateral, e de fortalecer fundamentalmente este bloco histórico, estratégico da América do Sul que é o MERCOSUL. E espero que nós possamos inaugurar essa nova relação do Brasil com os países que compõem a fronteira norte do Brasil. Então, Sr. Presidente, eu quero dizer e antecipar, porque nós teremos uma votação no âmbito da Comissão de Relações Exteriores; e, depois, aqui no plenário. É o

Senado que tem que votar. E eu defendo a participação da Venezuela no Mercosul. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronunciamento 16

Autor: José Nery (PSOL - Partido Socialismo e Liberdade /PA)

Data: 18/02/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) (...)

O primeiro, a reunião da representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL que ocorreu esta tarde na sala das comissões do Senado Federal, que pela maioria de nove votos a quatro, admitiu o protocolo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, medida que considero extremamente importante no processo de integração Latino-Americana, e que vencido os obstáculos para que essa votação se processasse, tivemos um resultado positivo para esse pleito para essa necessidade de integração dos povos da América Latina. Depois dessa decisão da representação brasileira, será enviado protocolo para o Senado Federal, será apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e posteriormente pelo Plenário do Senado Federal desejando, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse protocolo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL seja referendado, consolidado, por decisão soberana do Parlamento brasileiro. (...)

Pronunciamento 17

Autor: Marisa Serrano (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira /MS)

Data: 10/11/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: contraria

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.). (...)

E ficamos pensando por que o MERCOSUL não avança. O que nos impede de fazer com que um bloco de quatro países, que já se consolidou, avance? Ainda

continuamos no mercado comum, não avançamos para uma integração efetiva. (...) O MERCOSUL, que iniciou em 1991, é muito novo – começou realmente em 1960, com a ALALC, e, depois, com a Aladi, mas o nosso MERCOSUL iniciou mesmo em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Depois, chegamos ao Parlamento do MERCOSUL em 2007. Então, não posso aceitar que digam que o Parlamento do MERCOSUL não diz a que veio, que não tem razão de ser. Meu Deus do céu, começamos em 2007 uma integração que é fundamental para o Cone Sul e principalmente para a América Latina! Oxalá consigamos fazer com que os países latino-americanos consigam se unir e chegar à integração que tanto buscamos! Hoje, invejamos o fato de a União Europeia, com o Tratado de Lisboa, passar a ter um Presidente e um Chanceler únicos para 27 países.

Ainda sobre o MERCOSUL, quero dizer o seguinte: na semana retrasada, final de outubro, nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Eu vi o Senador José Sarney e o Senador Alvaro Dias virem à tribuna ontem para manifestar angústia e preocupação com o chamamento que a Venezuela está fazendo para seu povo e para seu exército. A atitude do Presidente Hugo Chávez de chamar a população do país e todo o seu exército para ficar em prontidão, em estado de guerra, significa que nós temos um país na América do Sul que está pronto para entrar em uma guerra. E como é que nós vamos aprovar aqui – não sei se amanhã, não sei se na semana que vem – a entrada da Venezuela no MERCOSUL se nós temos um tratado, o Protocolo de Ushuaia, que garante que só podem entrar no MERCOSUL países de índole democrática, que coloquem a democracia como fator preponderante em seu país? Esse protocolo foi assinado pelos quatro países do MERCOSUL, mais a Bolívia e o Chile. Como é que agora nós vamos aceitar um país que está declarando guerra, que está se armando para declarar guerra? (...)

Termino aqui, agradecendo o tempo que V. Ex^a me concedeu e colocando a minha preocupação quanto à entrada da Venezuela no MERCOSUL, porque, se estamos com tantos problemas, não precisamos de mais um, de um país belicoso que está se preparando para uma guerra. É tudo aquilo que nós não podemos aceitar na América Latina.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Pronunciamento 18**Autor: Mozarildo Cavalcanti (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro /RR)****Data: 29/10/2009****Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável****O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.). (...)

Desde o início, eu disse que eu era – como fui, votei – favorável ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL, porque sou um Senador de Roraima, e nossa geografia já nos coloca, nem é colados, encravados dentro da Venezuela. Quem tiver o cuidado de olhar o mapa da América do Sul vai ver que a parte do Brasil que realmente está encaixada dentro da Venezuela é justamente o Estado de Roraima. Então, não teria como eu pensar que a geografia nos uniu e a economia ia nos separar.

(...) Primeiro, eu poderia dizer que há unanimidade, mesmo por parte dos ferrenhos defensores, que são da base do Governo, da entrada da Venezuela no MERCOSUL, no sentido de que a “democracia” que se pratica na Venezuela não é boa, de que a forma de governar do Presidente Hugo Chávez não pode sequer ser considerada realmente como democrática. Apesar disso, eles defenderam e tinham uma maioria para aprovar o ingresso incondicional da Venezuela no MERCOSUL. Votei por esse ingresso, mas com condicionantes: apresentei um voto em separado, Senador Mão Santa, que, infelizmente, não pôde ser apreciado, porque o parecer do Senador Tasso Jereissati foi derrotado, e o voto em separado do Líder do Governo foi aprovado. Então, votei a favor, como desde o início disse que ia votar, mas votei com condicionantes.

(...) Não penso que foi equivocado aprovar o ingresso, não. É equivocado não exigir que a Venezuela cumpra os requisitos de ordem econômica, de ordem financeira e de ordem democrática, porque, segundo o protocolo do MERCOSUL, todos os Estados-membros têm de estar sob uma democracia para valer, não sob essa democracia adjetivada

Quero dizer, ao final, principalmente para o meu povo de Roraima, que votei a favor,

sim, mas não votei a favor para a Venezuela entrar no MERCOSUL de qualquer maneira. Não é aquela história de “quero e quero de qualquer forma, tem de ser rapidinho”. Não! Gosto das coisas bem feitas. Até quando você vai dar um presente a alguém, tem de dar um presente direito, não qualquer coisa que apareça na sua frente.

Muito obrigado pela atenção.

Pronunciamento 19

Autor: Mozarildo Cavalcanti (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro /RR)

Data: 28/02/2005

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.)

(...) Nesse contexto, Sr. Presidente, a aprovação do ingresso de Colômbia, Equador e Venezuela como membros associados do MERCOSUL merece nosso reconhecimento e aplauso. Afinal, são países que, além de sua importância econômica – o que por si só já justificaria nossa aproximação –, possuem também relevância estratégica.

A título de uma exemplificação, basta nos lembrarmos das imensas possibilidades de cooperação entre a Petrobras e a PDVSA, a estatal venezuelana, no campo da energia, e dos imensuráveis benefícios que podem advir de um relacionamento afinado entre Brasil e Colômbia no combate ao narcotráfico na região amazônica. Esperamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o ingresso desses três países no MERCOSUL seja o símbolo de uma América do Sul cada vez mais próspera e unida. Muito obrigado.

Pronunciamento 20

Autor: Roberto Saturnino (PT - Partido dos Trabalhadores /RJ)

Data: 24/05/2006

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem

revisão do orador.).

(...) Outra notícia importante, Sr. Presidente, é aquela de hoje que fala da adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Trata-se de uma adesão extremamente importante porque é um país que tem densidade econômica, um país que, somado ao Brasil e à Argentina, pode possibilitar bastante o favorecimento, enfim, a criação de condições mais favoráveis para os países de economia mais modesta como o Uruguai e o Paraguai. A adesão da Venezuela vem reforçar o eixo de integração energética do continente, que, por sinal, também prossegue. (...)

Pronunciamento 21

Autor: Sérgio Zambiasi (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro /RS)

Data: 26/03/2009

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador).

(...) Assim como no marco-zero da Comunidade Econômica Europeia, no início dos anos cinquenta, temos a oportunidade de mobilizar nossas sociedades para objetivos comuns, além das fronteiras de cada país.

Unidos, somos maiores do que a crise mundial, que exige uma resposta coletiva da região, sem qualquer forma de protecionismo e aprofundamento da integração acima de tudo, em todos os sentidos, econômico, político e social.

A Venezuela está em processo de adesão. O Brasil e o Paraguai ainda não votaram, o Brasil está examinando agora, aqui no Senado. A Comissão do MERCOSUL já aprovou a inclusão da Venezuela, mas ainda precisamos da aprovação da Comissão de Relações Exteriores e, posteriormente, da CCJ e do Plenário. Acredito, porém, que este ano essa fase será superada. Incluindo a Venezuela, somamos um PIB de quase dois trilhões de dólares, um território de quase treze milhões de quilômetros quadrados e uma população de 262 milhões de habitantes. Mas, mais do que isso, temos na região riquezas cobiçadas pela maioria dos países do mundo, especialmente pelas economias centrais, exatamente as responsáveis pela crise que nos atinge. São exemplos desse potencial as fantásticas reservas de

gás natural – o Senador Camata falou há pouco sobre a busca da nossa autossuficiência na produção de gás –, as imensas fontes de petróleo, incluindo as novas descobertas do pré-sal, a maior reserva de água doce do mundo, localizadas no Aquífero Guarani, e a Floresta Amazônica.

Acredito, mais do que nunca, que devemos comemorar a maioria do MERCOSUL com o sentimento de integração das nações e dos povos, acima das contradições ideológicas e políticas, e de apropriação e utilização dessas riquezas para o bem comum sul-americano. Individualmente, e pautados por políticas de isolamento, os países da região seguirão reféns das crises das economias centrais, e com soberanias cada vez mais reduzidas.

Muito obrigado.

Pronunciamento 22

Autor: Sérgio Zambiasi (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro /RS)

Data: 14/12/2007

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

(...) Nesse período, também enfrentamos diversas situações políticas relacionadas com os países-membros, em processo de adesão ou associados ao MERCOSUL, que intensificaram a reflexão sobre os caminhos da integração em nosso continente.

O mais recente, que exigiu e continua exigindo mais atenção, é o que envolve a Venezuela e todo o debate em torno da aprovação do protocolo de adesão daquele país ao MERCOSUL e, em consequência, da integração definitiva de seus parlamentares ao Parlamento do Bloco.

Desde o início dos debates, defendi a adesão da Venezuela ao Bloco, por considerar fundamental levarmos o MERCOSUL ao norte, ampliando sua força territorial, econômica e social. A Venezuela é o terceiro Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul, estratégica, portanto, em termos energéticos e importante parceira comercial do Brasil.

Antepondo-se, de certa forma, a esses atributos, convivemos, nesses últimos meses, especialmente no último ano, com a figura do Presidente Hugo Chávez, que, por postura e declarações, levaram diversos setores sociais, econômicos e políticos a questionar a presença da Venezuela no MERCOSUL.

Ao longo dos debates, argumentamos que, mais do que um eventual Presidente e suas posições ou declarações pessoais, o processo de integração envolve nações e povos. Os presidentes passam; às vezes, até permanecem mais do que se pode imaginar, mas vão embora. A nação fica. Os povos estão aí e, seguramente, sabem reagir a gestos que, muitas vezes, nos levam a reflexões, exatamente por comportamentos fora do contexto. Mas acreditamos na força e no vigor da democracia sul-americana, jovem ainda, mas que começa a dar sinais muito fortes e muito vigorosos. A prova está exatamente no recente plebiscito realizado na Venezuela, com seu resultado que contrariou todas as expectativas locais, regionais, internacionais, derrotando-se o próprio Presidente Hugo Chávez na tentativa de aprovar uma nova Constituição, com a qual o povo venezuelano não concordou. Isso corrobora, realmente, a veracidade dessa ideia e o novo sentimento de democracia com o qual estamos vivendo.

Nunca é demais lembrar a história da construção da União Europeia, que nasceu dos escombros da Segunda Guerra, fruto de acordos entre países que se enfrentaram de forma sangrenta nos campos de batalha, e que, ao longo das décadas seguintes, uniu países com culturas, regimes políticos, interesses econômicos e credos religiosos diversos, além de realidades internas convulsionadas, em muitos casos com a presença ativa de grupos radicais. Assim, é fundamental que os demais países da região contribuam positivamente, de forma integrada e colaborativa, para aprofundar o processo de democratização, não apenas na Venezuela, mas em todo o continente sul-americano. A Bolívia também merece de nós toda a atenção. É membro associado, porém ainda não manifestou interesse em se fazer membro pleno, como é o caso do Paraguai, do Uruguai, do Brasil e da Argentina e, agora, da Venezuela, que está em processo de adesão.

(...) A América do Sul é uma das regiões com maior potencial nesse novo universo geopolítico, com reservas energéticas, de água potável, de terras agricultáveis, com

uma força de trabalho sempre disposta a superar as fronteiras tecnológicas.
(...) Muito obrigado.

Pronunciamento 23

Autor: Sérgio Zambiasi (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro /RS)

Data: 25/07/2006

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.).

(...) Concluo, Senador Tuma, com a afirmação do economista argentino Aldo Ferrer, ex-Ministro da Economia e um dos mais importantes especialistas em globalização de seu país, sobre um certo pessimismo que às vezes surge em relação ao MERCOSUL. Ele diz que o MERCOSUL não está em crise. Para ele, a entrada da Venezuela no bloco e o debate sobre projetos transacionais, a exemplo do gasoduto do Sul, mostram a força do grupo e a capacidade de superar problemas políticos de seus integrantes.

Para o economista Ferrer, o bloco não apenas não está em crise, mas avançou muito desde quando os ex-presidentes Sarney e Alfonsín acertaram os primeiros detalhes. E a posição comum em relação à ALCA é o grande exemplo disso. Obrigado, Presidente Tuma.

Pronunciamento 24

Autor: Sérgio Zambiasi (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro /RS)

Data: 28/06/2006

Com relação à adesão da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.).

(...) Independentemente de crises conjunturais, a América Latina tem um imenso potencial energético, potencial que passa pelas reservas de petróleo, carvão e gás do Brasil, da Venezuela e da Bolívia especialmente, hoje evidentemente cobiçadas

pelas grandes potências mundiais.

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL, que será formalizada nesta próxima semana, em Caracas, fortalece a ideia da integração energética – nas palavras do ministro Antônio José Ferreira Simões, “fundamental para a sobrevivência da nossa região”. Nesse sentido, além das relações já existentes, inúmeros projetos começam a ser alinhavados, como o “supergasoduto do Sul”, que, apesar das críticas, tende a cumprir um papel decisivo, em médio prazo, para a integração energética do continente sul-americano. Nesse sentido, gostaria de destacar o fato de que, além do petróleo, do gás e de outras energias renováveis, como o etanol e o biodiesel, o Brasil tem um grande potencial de exploração de carvão, capaz de garantir a segurança energética nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronunciamento 25 (fala – Congresso Nacional)

Autor: Renan Calheiros (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro / AL) Data: 25/05/2006

Com relação à entrada da Venezuela ao MERCOSUL: favorável

Anexo 02 - Países da Alba

<p>VENEZUELA Nome oficial: República Bolivariana da Venezuela Data: 14 de dezembro de 2004 Presidente: Hugo Rafael Chávez Frias Capital: Caracas Idioma Oficial: Espanhol Moeda: Bolívar Área: 916.445 km² População: 29.277.736 (INE 2011) PIB: US \$ 239,620.4 milhões (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 8,250.5 (CEPAL 2010)</p>	<p>CUBA Nome oficial: República de Cuba Data de Entrada: 14 de dezembro de 2004 Presidente Raul Castro Capital: Havana Língua oficial: Espanhol Moeda: Peso Cubano Área: 109.886 km² (ONE) População: 11.235.863 (ONE 2010) PIB: 64 099 milhões de dólares (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 5,721.6 (CEPAL 2010)</p>
<p>BOLÍVIA Nome oficial: Estado da Bolívia Data: 29 de abril de 2006 Presidente Juan Evo Morales Capital: Sucre (constitucional) e La Paz (sede do Executivo e Assembleia Plurinacional) Oficiais Idiomas: espanhol e dos 36 idiomas de nações e povos indígenas camponeses Moeda: Peso boliviano Área: 1.098.581 km² População: 10,4 milhões (Projetada INE 2010) PIB: US \$ 19,640.4 milhões (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 1,958.0 (CEPAL 2010)</p>	<p>NICARÁGUA Nome oficial: República da Nicarágua Data de Entrada: 11 de janeiro de 2007 Presidente: Daniel Ortega Saavedra Capital: Manágua Língua Oficial: Espanhol Moeda: Córdoba Área: 130,373.39 (Ineter) km² População: 5.815.526 (2010 INIDE) PIB: 6,551.5 bilhões de dólares (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 1,125.3 (CEPAL 2010)</p>
<p>DOMINICA Nome oficial: Commonwealth de Dominica Data de Entrada: 26 janeiro de 2008 Presidente: Nicholas J. Orville Liverpool Primeiro-Ministro: Roosevelt Skerrit Capital: Roseau Língua Oficial: Inglês Moeda: Dólar do Caribe Oriental Área: 751 km² (Governo de Dominica) População: 69.625 (Governo da Dominica 2006) PIB: US \$ 471,9 milhões (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 6,939.0 (CEPAL 2010)</p>	<p>EQUADOR Nome oficial: República do Equador Data de entrada em ALBA: 24 de junho de 2009 Tipo de Governo: Democrata Presidente: Rafael Correa Delgado Capital: Quito Idioma Oficial: Espanhol. As línguas ancestrais são para uso oficial para os povos indígenas, nos termos que regem a lei. Moeda: Dólar EUA Área: 256.370 População: 14.483.499 (INEC 2010) PIB: US \$ 57,978.1 milhões (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 4,209.5 (CEPAL 2010)</p>
<p>SAINT VINCENT E GRENADINES Nome oficial: São Vicente e Granadinas Data: 24 de junho de 2009 Primeiro-ministro: Ralph Gonsalves Capital: Kingstown Idioma Oficial: Inglês Moeda: Dólar do Caribe Oriental Área: 384 km² (Governo de São Vicente e Granadinas) População: 111.380 (Governo de São Vicente e Granadinas) PIB: US \$ 680,2 milhões (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 6,240.3 (CEPAL 2010)</p>	<p>ANTÍGUA E BARBUDA Nome Oficial: Antigua e Barbuda Data de entrada em ALBA: 24 de junho de 2009 Primeiro-ministro: Winston Baldwin Spencer Capital: São João de Língua Oficial: Inglês Moeda: Dólar do Caribe Oriental Área: 443 km² População: 85,903 habitantes PIB: 1.153.800 mil USD (CEPAL 2010) Renda per capita: \$ 12,963.9 (CEPAL 2010)</p>
<p>Países ordenados por data de adesão à Aliança PIB a preços correntes de mercado</p>	